



## ENERGIA

Chuva mata 6; falha em bomba piora enchentes (Folha de SP) 09/12/09.....	3
Governo consegue fechar acordo para votar pré-sal (Folha de SP) 09/12/09.....	3
Mercado Aberto (Folha de SP) 09/12/09 .....	4
Rede sem fio com 3G (Folha de SP) 09/12/09 .....	5
Sarney nomeou a irmã no próprio gabinete (Folha de SP) 09/12/09 .....	6
Senador não comenta caso; irmã não se manifesta (Folha de SP) 09/12/09.....	7
Desfecho do caso dos atos secretos fica para 2010 (Folha de SP) 09/12/09 .....	7
Irmão de Palocci integra grupo de Delúbio no PT (Folha de SP) 09/12/09 .....	8
Por MP, Lula dá ganho real a aposentado (Folha de SP) 09/12/09 .....	8
Emprego só volta ao nível de 2008 em um ano, diz FIESP (Folha de SP) 09/12/09 .....	9
Governo cede para votar o pré-sal (O Estado de SP) 09/12/09 .....	9
Petrobrás quer antecipar Tupi (O Estado de SP) 09/12/09 .....	10
Estatual não planeja fazer captações no ano que vem (O Estado de SP) 09/12/09 .....	11
Licitação para exploração de petróleo e gás é adiada (O Estado de SP) 09/12/09.....	11
Fiesp prevê expansão de 6,2% no PIB em 2010 (O Estado de SP) 09/12/09.....	12
Ganho de escala não é a única solução (O Estado de SP) 09/12/09 .....	12
Minoritário da Eletrobrás perde esperança (Valor Econômico) 09/12/09 .....	13
CNPE define regras para permitir exportação de excedente de GNL (Valor Econômico) 09/12/09.....	15
Leilão da ANP é adiado por problemas ambientais (Valor Econômico) 09/12/09 .....	16
Câmara vota proposta de partilha do pré-sal (Valor Econômico) 09/12/09 .....	17
"Licenciar térmica em seis meses é crime ambiental" (Valor Econômico) 09/12/09.....	18
Mudanças climáticas (Valor Econômico) 09/12/09.....	22
Gás natural (Valor Econômico – Agenda) 09/12/09.....	24
Conselho aprova criação de duas ZPEs (Valor Econômico) 09/12/09 .....	24
Governo cancela leilão de energia nova para 2014 (Estadão Online 20:16h) 08/12/09 .....	25
Energias do Brasil ON termina em alta de 3,06% (CanalEnergia) 08/12/09 .....	25
Multiner recebe aerogeradores para Alegria I (CanalEnergia) 08/12/09.....	26
Leilão A-5 garante participação da hidrelétrica Santo Antônio do Jarí (CanalEnergia) 08/12/09 .....	26
Alagoas receberá investimentos de R\$ 30 milhões em eficiência energética (CanalEnergia) 08/12/09 .....	26
GT do blecaute prorroga análise de relatório do ONS (CanalEnergia) 08/12/09.....	26
MME vai decidir sobre permissão de exportação de GNL, segundo CNPE (CanalEnergia) 08/12/09.....	27
Petrobras e BG Group têm novos parceiros para construir unidade de liquefação de GNL (CanalEnergia) 08/12/09 .....	27
Copel usa embarcação para auxiliar atendimento no litoral paranaense (CanalEnergia) 08/12/09.....	28
Fepam realiza audiências para avaliar licenciamento de três PCHs (CanalEnergia) 08/12/09 .....	28
Reservatórios do Norte atingem 51% do volume armazenado (CanalEnergia) 08/12/09 .....	29
Usinas iniciam operação comercial e teste em São Paulo (CanalEnergia) 08/12/09.....	29
Nordeste registra recorde de demanda instantânea (CanalEnergia) 08/12/09.....	29
Sede do Ibama ganha nova subestação de energia (CanalEnergia) 08/12/09.....	29
Energias do Brasil ON registra alta de 0,05% (CanalEnergia) 08/12/09 .....	30
Sulgipe terá reajuste tarifário médio de 12,55% (CanalEnergia) 08/12/09 .....	30
Cesp abre vertedouros de hidrelétricas de Ilha Solteira e Jupia (CanalEnergia) 08/12/09.....	30

Eletronuclear tem tarifas revisadas para R\$ 135,63/MWh (CanalEnergia) 08/12/09 .....	31
Sérgio Wasserstein deixa direção da holding da Coomex (CanalEnergia) 08/12/09.....	31
INPE divulga relatórios sobre raios e condições metereológicas no dia do blecaute (CanalEnergia) 08/12/09.....	31
Governo indica Julião Coelho para diretoria da Aneel (CanalEnergia) 08/12/09 .....	32
Rede Comercializadora promove palestra sobre formação de tarifas de energia (CanalEnergia) 08/12/09.....	32

## **SINDICAL**

Campanha Salarial (CUT Nacional) 08/12/09.....	32
Trabalhadores do sistema prisional (CUT Nacional) 08/12/09.....	33
São Paulo (CUT Nacional) 08/12/09.....	34
Inclusão e transformação social (CUT Nacional) 08/12/09.....	35
Contra o reajuste abusivo do IPTU (CUT Nacional) 08/12/09.....	36
Fortalecendo o movimento sindical (CUT Nacional) 08/12/09 .....	36
O lamentável cenário da capital federal (CUT Nacional) 08/12/09.....	36
Diante de enchentes, Kassab diz que resultado de investimentos da prefeitura já aparece (CUT Nacional) 08/12/09.....	37
Emprego na indústria registra em outubro a maior alta desde julho de 2008 (CUT Nacional) 08/12/09.....	38
Bradesco é condenado no Tribunal Superior do Trabalho por dano moral (CUT Nacional) 08/12/09.....	38
Servidores do Judiciário Federal garantem vitória e encerram greve (CUT Nacional) 08/12/09.....	39
Trabalhadores da Nipro, em Sorocaba, podem parar por melhor reajuste salarial (CUT Nacional) 08/12/09 .....	39
Comissão discute em seminário o Plano Nacional de Educação (CUT Nacional) 08/12/09 .....	39
Enchentes mostram erro de SP depender da Marginal Tietê (CUTSP) 08/12/09.....	40
Sindicato dá início à criação da Faculdade dos Bancários (CUTSP) 08/12/09.....	41

## **Chuva mata 6; falha em bomba piora enchentes (Folha de SP) 09/12/09**

Sistema em usina do Estado falhou e ajudou no transbordamento do Pinheiros e do Tietê

Em 24 horas, choveu 1/3 do esperado para todo o mês de dezembro; Inmet diz que tempo ruim vai continuar até o final de semana

Pedestres atravessam a marginal Tietê perto da av. Inajar de Souza (zona norte)

### **DA REDAÇÃO**

Seis mortes, um desaparecimento, gente ilhada, 105 alagamentos, trânsito parado, estradas fechadas, bairros no escuro e cerca de mil desabrigados.

Esse é o saldo da chuva na Grande São Paulo que praticamente não parou entre a noite de segunda e o início do dia de ontem. Em menos de 20 horas, foram 75,8 mm de água. Trata-se de um terço de toda a chuva esperada para dezembro. O rio Tietê subiu sete metros, e o Pinheiros, quatro. Eles invadiram as marginais. Foi o segundo transbordamento após a conclusão do rebaixamento da calha do Tietê, há três anos.

Os bairros mais atingidos por alagamentos ontem na capital foram Lapa e Barra Funda, na zona oeste, e Casa Verde, na zona norte. Também choveu muito em bairros da zona leste.

A queda de árvores atingiu a rede elétrica -foram 13 casos, segundo os bombeiros.

Andar pela cidade, pela manhã, foi tarefa difícil. A CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) registrou 127 km de congestionamento às 9 horas -apesar de não ser recorde, é um trânsito acima da média. À tarde, quando os paulistanos desistiram de circular, o índice caiu para zero (15 horas).

No aeroporto Campo de Marte, para voos de menor porte, só helicópteros operaram.

Três linhas da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) foram prejudicadas. Os trens ficaram parados por mais de dez horas entre as estações Caieiras e Jundiaí.

Nos últimos oito dias, choveu 70% do esperado para todo o mês -parte da região metropolitana já tinha ficado debaixo d'água na semana passada, quando sete pessoas morreram por causa de deslizamentos.

De lá para cá, o Estado de São Paulo já registrou pelo menos 23 mortes por causa das chuvas, número que supera o total de mortes do Rio Grande do Sul, um dos Estados mais afetados pelos temporais dos últimos meses - lá, foram verificadas oito vítimas.

De acordo com o Inmet (Instituto Nacional de Meteorologista), o tempo instável se prolongará até o fim de semana. Hoje, a previsão é de chuva fraca em pontos isolados da capital, mas nos dias seguintes a intensidade deve aumentar.

Segundo as autoridades paulistas, a culpa de tanto estrago é do volume de água que vem caindo. As falhas do poder público, porém, são evidentes.

A bomba de uma usina na marginal Pinheiros, instalação sob responsabilidade do governo do Estado que ajuda a diminuir o nível do rio e alivia a situação também no Tietê, não funcionou. Já a prefeitura da capital nem sequer tem um plano contra enchentes -a cidade não fez até hoje um diagnóstico nem apresentou as ações de prevenção exigidas em lei federal que vigora há três anos.

O prefeito Gilberto Kassab (DEM) chegou dizer que a chuva teve algo de "positivo", pois mostrou que algumas das obras antienchente funcionaram.

O governador José Serra (PSDB) passou o dia no gabinete e, no fim da tarde, viajou para Brasília. Até o fechamento desta edição, o pré-candidato à Presidência não havia dado declarações sobre os problemas.

## **Governo consegue fechar acordo para votar pré-sal (Folha de SP) 09/12/09**

Base aliada chega a consenso sobre redução de recursos da União, mas oposição adia votação

Texto do projeto, prevendo que a União ceda R\$ 2 bi anuais em receita para Estados e municípios, deve ser votado hoje na Câmara

LEILA COIMBRA  
VALDO CRUZ  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Apesar de o governo ter fechado ontem, na base aliada, um acordo sobre o projeto que institui o regime de partilha na exploração do pré-sal e altera as regras de distribuição dos recursos, a oposição conseguiu adiar a votação para hoje. Depois de mais um dia de negociações, o governo iniciou no plenário da Câmara a discussão do projeto. Pelo acordo, o governo cedeu e abriu mão de R\$ 1,94 bilhão anual de parte de sua arrecadação tanto em royalties (reduzindo a sua fatia no bolo de 22% para 20%) como na participação especial (um royalty extra do petróleo), onde aceitou perder 15

pontos percentuais da parcela na arrecadação, de 50% para 35%. Mas, apesar do acordo, a oposição conseguiu derrubar a votação às 23h por falta de quorum.

Com o acordo, segundo o deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), a União terá perda de receita anual da ordem de R\$ 240 milhões em royalties e de pelo menos R\$ 1,7 bilhão na participação especial. Esses cálculos foram feitos pela assessoria técnica do PSB com base na cotação do barril de petróleo a R\$ 70.

Apesar de ter conseguido iniciar a votação do marco regulatório neste ano, os outros dois projetos que tramitam na Câmara só deverão ser apreciados em 2010, admitiu o líder do PT na Câmara, Cândido Vaccarezza (SP). Os projetos que tratam da capitalização da Petrobras e da criação do Fundo Social para aplicar os recursos do pré-sal serão votados na Câmara somente no próximo ano.

Com o acordo em torno do texto-base do projeto mais importante (de partilha e divisão dos recursos), foi possível iniciar a discussão na Câmara. A aprovação do texto-base é esperada para hoje e a expectativa é que a votação final do projeto seja concluída até amanhã.

Mas, apesar de ter sido acordada a mudança que gera perda de receita para a União, a equipe econômica vai sugerir ao presidente Lula que veto modificações na chamada participação especial dos campos já licitados do pré-sal, tributo cobrado sobre a renda líquida da exploração de petróleo.

Pelo acordo, os 15 pontos percentuais retirados da União seriam distribuídos da seguinte forma: 10 pontos para os Estados não produtores de petróleo e 5 pontos para os municípios não produtores.

A perda de receita com royalties, menor que a fatia da participação especial, deverá ser mantida no projeto. Depois, se o texto for mantido até a votação final, inclusive no Senado, Lula avaliaria se realmente vetaria o corte na fatia da União.

Segundo a Folha apurou, a tendência é Lula optar pelo veto para evitar problemas fiscais e a descapitalização do futuro Fundo Social, que será formado pela renda obtida pelo governo na exploração do pré-sal.

No texto negociado ontem, os municípios produtores conseguiram elevar sua participação na arrecadação de royalties diante do acordo anteriormente fechado. Na semana passada foi costurada emenda que reduzia sua participação nos royalties de 26,25% para 12,25%. Significaria perda de R\$ 1,58 bilhão ao ano no bolo.

Eles conseguiram aumentar ontem sua parcela nos royalties para 18%, com os dois pontos percentuais cedidos pela União e outros 3,75 pontos percentuais de fatia dos municípios com operações de embarque confrontantes, cuja participação caiu de 8,75% para 5%.

## **Mercado Aberto (Folha de SP) 09/12/09**

MARIA CRISTINA FRIAS - cristina.frias@uol.com.br

Construção civil tem novo recorde de empregos no país

O setor da construção civil registrou em outubro um recorde no nível de emprego, com 2,32 milhões de trabalhadores com carteira assinada no país.

"Alcançamos o maior estoque de mão de obra desde a década de 1990", afirma Sergio Watanabe, presidente do SindusCon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo).

O crescimento foi de 1,34% sobre setembro, com a contratação de 30,6 mil trabalhadores no mês, segundo pesquisa do SindusCon-SP e da FGV.

Desde junho, as 109 mil demissões ocorridas nos últimos meses de 2008 foram recuperadas, e o sindicato estima que a construção civil registre crescimento de 1% em 2009 e de 8,8% em 2010. A região em que mais se contratou no mês foi a Sudeste, com alta de 0,91% ante setembro.

Em contraste com a alta na taxa de emprego, o PIB da construção civil, calculado pelo IBGE, com base nos insumos mais usados no setor, registra queda de 9,2% no acumulado dos dez primeiros meses de 2009, em relação a 2008.

"O faturamento foi inferior ao de 2008, mas o varejo deve voltar a crescer em 2010", diz.

É possível que a discrepância entre o PIB do setor e o emprego resulte da queda de exportações, de problema com estoques ou um envelhecimento da amostra do IBGE, segundo Francisco Pessoa Faria Jr, economista da LCA Consultores.

"Nada leva a crer que esteja tão ruim para a construção civil como indica o seu PIB. Ninguém está muito triste [no setor]. O mercado interno para material de construção, porém, está melhor do que para as vendas para o exterior", diz.

### **TECNOLOGIA**

A IBM Brasil investiu US\$ 12 milhões em seu centro de serviços de TI, em Hortolândia (SP), para expandir os sistemas de energia e refrigeração. Serão instalados novos geradores de energia, baterias, torres de água e sistemas de ar-condicionado.

### **ESTANTE**

David Wessel, ganhador de dois prêmios Pulitzer, vai lançar no Brasil "Os Bastidores da Crise" (editora Campus-Elsevier, 328 págs). A obra aborda o legado de Greenspan e descreve detalhes sobre o funcionamento do Federal Reserve.

## HYPER-REMÉDIO 1

Após a compra da Neo Química pela Hypermarcas, o mercado de medicamentos genéricos pode esperar uma aceleração das aquisições em 2010, segundo Odnir Finotti, presidente da Pró-Genéricos, que representa os fabricantes. "A maior parte dos pequenos e médios já recebeu alguma sondagem para ver se há interesse em vender ou realizar qualquer operação. O movimento vai crescer."

## HYPER-REMÉDIO 2

Para Finotti, dificilmente haverá uma eventual aquisição de um dos três grandes grupos nacionais que sobraram, Aché, EMS e Eurofarma. "Também acho que veremos aberturas de capital em breve." Neste ano a francesa Sanofi-Aventis levou o Medley e a americana Pfizer negociou por meses a compra da Neo Química. Contrário à desnacionalização do setor, o BNDES apoiou a transação feita pela Hypermarcas no fim de semana.

## CAÇA-ESTAGIÁRIO

A unidade brasileira da Page Personnel, especializada em recrutamento de executivos, vai exportar para outras operações do grupo Michael Page no mundo um serviço que começou a realizar neste ano no país: a seleção de estagiários. A Talent, divisão da empresa responsável pelo trabalho, responde por 10% do faturamento da Page Personnel no Brasil. Na carteira de clientes estão bancos, redes varejistas e empresas de bens de consumo. O presidente mundial do grupo, Steve Ingham, já veio conhecer o programa, segundo Gijs Van Delft, diretor da Page Personnel no país, que desenvolveu o modelo. A empresa acaba de fechar um contrato com o Itaú Unibanco para executar seu programa de estágio, que será um dos maiores do país.

## HIGIENE

A Ever Green, fabricante de itens de higiene infantil e adulta, vai inaugurar em janeiro uma fábrica em São Bernardo do Campo para aumentar a produção de fraldas infantis, geriátricas e absorventes. Com investimentos de mais de R\$ 20 milhões, o empreendimento deverá ampliar a produção em 50% e o quadro de funcionários em 30%.

## NOTA FISCAL

O número de entidades sociais cadastradas na Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social que podem receber créditos e doações do programa Nota Fiscal Paulista ultrapassou 3.000. Por meio de parceria com a Secretaria da Fazenda, entidades paulistas cadastradas recebem doações relacionadas às notas fiscais de consumidores.

## TAM e Itaú Argentina lançam cartão

Em parceria com o Banco Itaú Argentina (BIA), a TAM lança no primeiro trimestre de 2010 o seu primeiro cartão de crédito para o público estrangeiro. Com 80 mil associados, o mercado argentino possui a maior base de clientes do programa de fidelidade da TAM fora do Brasil.

O funcionamento desse cartão será semelhante ao do brasileiro: as compras com ele geram pontos que podem ser utilizados no TAM Fidelidade.

O programa tem 6,4 milhões de membros e já distribuiu mais de 9,2 milhões de bilhetes nos últimos 15 anos.

-----  
com JOANA CUNHA e DENYSE GODOY

## Rede sem fio com 3G (Folha de SP) 09/12/09

RAFAEL CAPANEMA  
DA REPORTAGEM LOCAL

Atentos ao crescimento da banda larga móvel, fabricantes estão lançando no Brasil roteadores Wi-Fi com suporte a modems 3G -com eles, é possível compartilhar a conexão com dispositivos como notebooks, celulares e tocadores de mídia portáteis com Wi-Fi.

O procedimento é simples: basta conectar o modem 3G ao roteador, que, por sua vez, deve ser ligado a um computador de mesa ou portátil com um cabo de rede. Depois, é preciso inserir o CD de instalação e seguir as instruções na tela para configurar sua rede sem fio.

Quando a sua rede estiver pronta, você pode transportá-la para qualquer lugar com energia elétrica -basta levar consigo o modem e o roteador com seu cabo de força.

Usando uma conexão 3G da TIM, a Folha testou três roteadores 3G: o DIR-451, da D-Link, o WRH 211, da Intelbras, e o 3G-6200n, da Edimax.

Todos eles funcionam também como roteadores para conexões de banda larga fixa (como Virtua e Speedy).

Assim, você pode usar a banda larga fixa como conexão principal e deixar a móvel como secundária -caso a conexão primária caia, o roteador alterna para a segunda.

A Folha testemunhou na prática a utilidade desse recurso: durante os testes, a banda larga fixa ficou instável e só se podia recorrer à conexão 3G.

Os roteadores 3G ainda são, em geral, mais caros do que os comuns. Enquanto um bom aparelho sem compatibilidade com a banda larga móvel, como o WGR614, da Netgear, sai por cerca de R\$ 150, o 3G-6200n, o mais barato entre os três roteadores 3G testados, tem preço sugerido de R\$ 360.

Antes de optar por um roteador 3G, observe, no site do fabricante, se ele é compatível com o seu modem.

Lembre-se sempre de definir uma senha complexa para proteger sua rede de estranhos.

Hoje, segundo a IDC, há 7,9 milhões de assinantes de 3G no país (3,7 milhões por celular e 4,2 milhões por modem).

Apesar de, em geral, terem velocidades menores, as conexões 3G têm sido muito procuradas em locais onde a banda larga fixa não chega.

A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) anunciou que tomará medidas para equiparar a internet móvel à fixa, exigindo metas de qualidade -consumidores têm reclamado de não conseguirem atingir a velocidade contratada.

## **Sarney nomeou a irmã no próprio gabinete (Folha de SP) 09/12/09**

Exoneração foi por meio de ato secreto; revelação contraria defesa do presidente do Senado no auge da crise que quase o derrubou

"O fundamental é que não se tratava de nomeações feitas por mim, não me cabendo responsabilidade sobre elas", afirmou Sarney em agosto

FILIPE COUTINHO  
ADRIANO CEOLIN  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), escondeu a nomeação de uma irmã no seu gabinete pessoal. Trata-se de Ana Maria da Costa Bastos, que ocupou cargos na Casa entre 2005 e 2008 -quando foi exonerada por um ato secreto.

O caso derruba o argumento de defesa usado por Sarney durante a crise que quase o fez deixar o comando do Senado. O senador sempre foi enfático ao dizer que jamais contratou parentes para o seu gabinete.

"O fundamental foi demonstrar que não se tratava de nomeações feitas por mim, não me cabendo, portanto, responsabilidade sobre elas", disse Sarney em nota distribuída em 6 de agosto, no auge da crise.

No documento chamado "Verdades", disponível na página do Senado na internet, também não há nenhuma menção à contratação de Ana Maria. Única parente diretamente contratada pelo senador Sarney, ela teve dois cargos como subordinada do irmão mais velho entre janeiro e julho de 2005.

De acordo com o Código de Ética do Senado e a Constituição Federal, mentir para os pares é motivo suficiente para a perda de mandato. Apesar de ser acusado por corrupção, o então senador Luiz Estevão (PMDB-DF) foi cassado em 28 de junho de 2000 por ter mentido para os colegas.

Os senadores entenderam que faltar com a verdade é "incompatível com o decoro e um abuso das prerrogativas" -e Luiz Estevão perdeu o mandato por 52 votos contra 18 (e 10 abstenções). Em depoimento à CPI do Judiciário (1999), Luiz Estevão havia negado ser sócio de uma empresa envolvida em superfaturamento de obras -o que não era verdade.

Salário de R\$ 7.400

Ana Maria da Costa Bastos, 67, é irmã de José Sarney por parte de pai. A Folha obteve acesso à sua ficha cadastral no Senado. Ela é filha de Sarney de Araújo Costa e Anália de Oliveira Furtado, mãe de outro irmão do presidente do Senado -Ivan Celso Sarney Furtado, que também teve cargo na Casa e foi exonerado por ato secreto.

Formada em medicina, ela foi nomeada no gabinete pessoal de Sarney em janeiro de 2005 com um salário de R\$ 7.400, como secretária parlamentar. Dois meses depois, foi rebaixada para a vaga de assistente parlamentar, com vencimentos de R\$ 4.900 mensais.

Em julho de 2005, Ana Maria foi transferida para o gabinete do senador Edison Lobão (hoje ministro de Minas e Energia), aliado histórico de Sarney. Ela só foi exonerada em outubro de 2008, no mesmo mês em que dezenas de parentes de senadores foram demitidos, às claras, pela Casa, por conta da súmula do STF (Supremo Tribunal Federal) que proibiu o nepotismo nos três Poderes.

Contudo, o ato da exoneração só foi publicado em 16 de abril deste ano na rede de intranet do Senado. No mesmo dia, também foi divulgado o ato de exoneração de João Fernando Sarney -neto do senador e primeiro caso de uso de medida secreta para ocultar movimentação de pessoal envolvendo parentes.

Na época, essa estratégia foi usada para evitar o desgaste de Sarney, já que diariamente era divulgada uma lista de casos de nepotismo.

Cargos no Maranhão

Antes de ter emprego no Senado, Ana Maria trabalhou na área de perícia médica do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) no Maranhão pelo menos de 2000 a 2003.

Ela chegou mesmo a ocupar o posto de superintendente regional substituta do extinto Instituto Nacional de Previdência Social no Maranhão.

Ela não assina como Sarney porque o nome não era um sobrenome da família até 1965. Sarney é nome do pai do presidente do Senado. Para fins políticos, o então José Ribamar Araújo Costa adotou o primeiro nome do pai, tornando-se José Sarney. Posteriormente, diversos familiares entraram na Justiça para se registrar também Sarney -o que não foi o caso de Ana Maria.

outro lado

## **Senador não comenta caso; irmã não se manifesta (Folha de SP) 09/12/09**

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Informado sobre o teor da reportagem por meio de sua assessoria, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), não quis comentar o caso.

Ele está de licença médica do cargo desde a última terça. Deve retornar ao Senado amanhã.

Durante duas semanas, a Folha tentou falar com Ana Maria da Costa Bastos e deixou recados em sua casa, em São Luís, mas ela não ligou de volta.

O endereço que consta em seu cadastro no Senado fica em Brasília. No local, a Folha localizou sua filha, Valéria da Costa Bastos. Ela diz que a mãe nunca trabalhou para Sarney.

"Até onde eu sei, ela nunca trabalhou no Senado", disse.

Último chefe de Ana Maria e responsável por sua exoneração do Senado em outubro de 2008, o senador Edison Lobão Filho (PMDB-MA) afirmou que não conhece a irmã de Sarney. "Ela, possivelmente, deveria atender ao meu pai no Estado [Maranhão]. Eu não sei quem é", disse o congressista.

Lobão Filho disse também que não sabe explicar porque Ana Maria foi demitida em outubro de 2008, justamente quando o STF (Supremo Tribunal Federal) proibiu o nepotismo nos três Poderes.

O senador afirmou ainda que não sabia que Ana Maria era irmã do presidente do Senado.

O ministro Edison Lobão (Minas e Energia) não respondeu, até o encerramento desta edição, aos recados deixados pela reportagem com a assessoria da pasta. Ele foi responsável pela nomeação de Ana Maria depois que ela deixou o gabinete de Sarney. Ana Maria trabalhou no gabinete do senador de julho de 2005 até 2008.

Acusado de ser o mentor dos atos secretos no Senado, o ex-diretor-geral da Casa Agaciel Maia disse que é inocente. Ele afirma que o caso está sub judice e não dará mais detalhes.

## **Desfecho do caso dos atos secretos fica para 2010 (Folha de SP) 09/12/09**

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O desfecho do escândalo dos atos secretos só se dará a partir de janeiro do ano que vem, quando deve ser finalizado o processo administrativo dos ex-diretores Agaciel Maia (Diretoria-Geral) e João Carlos Zoghbi (Recursos Humanos). Pela legislação, cabe ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), estabelecer a punição. A mais severa é demissão com perda de aposentadoria. Zoghbi já foi demitido por conta de seu envolvimento no esquema de crédito consignado.

No comando da Diretoria-Geral por 14 anos, Agaciel foi nomeado por Sarney em 1995. Acabou exonerado em março deste ano depois que a Folha revelou que ele escondeu da Justiça uma casa avaliada em R\$ 5 milhões.

Apesar disso, Agaciel manteve uma relação de proximidade com Sarney. Em junho deste ano, o presidente foi padrinho de casamento de uma filha de Agaciel. No mesmo dia, o jornal "O Estado de S. Paulo" antecipou os primeiros atos secretos.

Apontada em relatório da FGV (Fundação Getúlio Vargas), a irregularidade já vinha sendo investigada por uma comissão de sindicância formada por três servidores, a pedido da Primeira Secretaria do Senado.

O grupo concluiu um relatório em que apontou a existência de 663 atos secretos em 312 boletins.

A grande maioria dos atos secretos foi convalidada, por orientação do atual diretor-geral, Haroldo Tajra.

Em 19 de junho, o então chefe do serviço de publicações do Senado, Franklin Paes Landim, disse em entrevista à Folha que os atos eram escondidos propositalmente a pedido de Agaciel e Zoghbi. No mesmo dia, outra comissão foi aberta.

Ao depor, além de reafirmar suas declarações, Franklin apresentou provas, como e-mails enviados pelo então chefe de gabinete de Agaciel, Celso Menezes, que prestou depoimento e confirmou ter recebido ordens do ex-diretor-geral para esconder atos. (AC)

## **Irmão de Palocci integra grupo de Delúbio no PT (Folha de SP) 09/12/09**

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Diretor de planejamento da Eletronorte, Adhemar Palocci milita no PT de Goiás e integra o grupo político que gravita em torno do ex-tesoureiro Delúbio Soares.

Mesmo expulso do PT na crise do mensalão, Delúbio ainda exerce grande influência sobre líderes da seção goiana da tendência Construindo um Novo Brasil -a mesma de Adhemar Palocci.

Adhemar é funcionário de carreira de Furnas. Mudou-se para Goiás no início da década após passar em concurso para lecionar numa universidade local. Em 2003, foi recrutado pelo então prefeito de Goiânia e atual deputado federal, Pedro Wilson (PT), para ser secretário de Finanças. Atuante no diretório petista, ele foi indicado para a Eletronorte em 2005. Por conta de sua atuação como secretário, é réu em uma ação por improbidade administrativa e em outra por danos florestais. Em 2008, apareceu em documento apreendido pela PF como suposto participante de esquema de pagamento de propinas da Alstom. Em 2005, seu nome veio à tona por conta de e-mails trocados com uma seguradora que teria pago fornecedores petistas via caixa dois. Ele nega as acusações. (FÁBIO ZANINI)

## **Por MP, Lula dá ganho real a aposentado (Folha de SP) 09/12/09**

Presidente antecipa anúncio de reajuste para tentar conter desgaste de barrar proposta de aumento maior, que está no Congresso

Benefícios com base no mínimo terão reajuste de 8,7% a partir de 1º de janeiro; os de valor acima do mínimo subirão 6,2%

VALDO CRUZ  
GUSTAVO PATU  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Lula decidiu barrar a votação na Câmara do projeto que fixa o valor do salário mínimo em 2010 e editar medida provisória concedendo reajuste nominal de 8,7% (5,1% acima da inflação) a partir de janeiro, elevando o valor dos atuais R\$ 465 para pelo menos R\$ 505. A MP também dará metade desse ganho real aos benefícios da Previdência Social superiores ao mínimo.

A medida provisória deve ser editada na próxima semana para que a antecipação do reajuste, que valerá a partir de 1º de janeiro e começará a ser paga no final do mesmo mês, funcione, na avaliação do governo, como um presente de Natal para os aposentados.

Com essa decisão, o governo espera reduzir o desgaste que Lula teria por barrar a votação de projeto em tramitação na Câmara que define a nova política de reajuste do mínimo -apoiada pelo governo-, mas estende as regras aos benefícios previdenciários acima do piso salarial.

A equipe do presidente Lula não concorda em estender o reajuste do mínimo aos aposentados que ganham acima do piso salarial, alegando problemas fiscais. Se essa medida fosse aprovada, o gasto extra da Previdência atingiria mais de R\$ 6 bilhões no próximo ano. O governo concorda em dar metade do reajuste real do mínimo a esses aposentados, o que gera uma despesa extra em 2010 de cerca de R\$ 3 bilhões.

O governo decidiu impedir a votação do projeto, do senador Paulo Paim (PT-RS), por avaliar que ele seria aprovado por conta dos efeitos eleitorais. Nesse caso, Lula ficaria com um desgaste ainda maior, de vetar o reajuste maior.

A nova estratégia foi definida ontem em reunião da equipe de Lula com líderes de partidos aliados. Ainda não está decidido se será editada só uma MP, com o reajuste do mínimo e das aposentadorias, ou duas. Foi decidido, porém, que a MP do mínimo incluirá uma política de reajuste do salário mínimo válida até 2023, com revisões periódicas.

### **Inflação mais PIB**

O novo mínimo de 2010, que já vale a partir de janeiro, será reajustado seguindo a regra de repasse da inflação mais a variação integral do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes, que será a política de aumento até 2023.

Pela fórmula, seguida desde 2008, o mínimo terá reajuste de pelo menos 8,7%, resultado do crescimento do PIB em 2008 (exatos 5,08%) mais a variação estimada pelo governo do INPC (índice de inflação) de fevereiro (data do último reajuste do mínimo) até este mês.

O valor chegaria a R\$ 505,55, segundo as projeções mais recentes do Ministério do Planejamento. Em todos os reajustes dados pelo governo Lula, o mínimo sempre foi fixado em números redondos e múltiplos de cinco, o que sugere arredondamento para até R\$ 510, elevando o ganho real.

Quanto ao reajuste dos benefícios da Previdência acima do mínimo, o governo já decidiu que a MP sobre o tema não conterà a regra que vinha sendo negociada com os aposentados, de garantir o aumento com base na inflação mais metade do PIB de dois anos antes.

Na prática, o reajuste será definido com base nesse mecanismo, mas na MP estará redigido que o aumento total de 6,2% (INPC mais metade da variação do PIB de 2008) foi concedido por conta de perdas passadas. O governo desistiu de definir uma regra de indexação dos benefícios acima do mínimo.

## **Emprego só volta ao nível de 2008 em um ano, diz FIESP (Folha de SP) 09/12/09**

Já a produção industrial no país deve retornar ao patamar pré-crise em março

DENYSE GODOY  
DA REPORTAGEM LOCAL  
PEDRO SOARES  
DA SUCURSAL DO RIO

O setor manufatureiro do país deve retornar em março de 2010 ao nível de produção registrado antes da crise, segundo previsão da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). O patamar de empregos, no entanto, só será recuperado em dezembro do próximo ano. "As fábricas vão se adaptando a trabalhar mais com menos funcionários", explica Paulo Francini, diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da entidade.

Em 2009, a contração do segmento industrial vai ficar em 7%, de acordo com a Fiesp, devido principalmente à forte queda das exportações e das vendas de máquinas e equipamentos no mercado interno. Para o ano que vem, a projeção é de crescimento de 12%.

No caso do Estado de São Paulo, a retração será de aproximadamente 8,3% neste ano, com alta de 13,5% em 2010. O recuo do nível de emprego nas manufaturas brasileiras deve ser de 2,5% em 2009. No próximo ano, haverá elevação de 5,3%. Pelos cálculos da entidade, o Brasil deverá ter crescimento de 0,4% em 2009 e de 6,2% no ano que vem. Embora lenta, a recuperação do mercado de trabalho industrial segue firme, segundo os dados do IBGE. O emprego cresceu 0,7% de setembro para outubro no país, na série com ajuste sazonal, e o setor também passou a pagar um número maior de horas extras, o que sinaliza mais contratações no futuro. O desempenho foi o melhor desde julho de 2008. Trata-se, ainda, da quarta taxa mensal positiva seguida -nesse período, o indicador acumulou alta de 1,6%. Para o instituto, a retomada traduz o fôlego novo da produção da indústria, alimentado especialmente pelo maior consumo de bens duráveis (veículos e eletrodomésticos em destaque) e mais recentemente pela reação dos investimentos em máquinas e equipamentos.

"A aceleração da produção desses setores já rebate no emprego", diz André Macedo, economista da Coordenação de Indústria do IBGE.

### **Paliativo**

Como forma de compensar parte das perdas causadas às indústrias exportadoras pela apreciação de 24,68% do câmbio neste ano, a Fiesp está encaminhando ao presidente Lula uma proposta de alteração nos mecanismos federais e estaduais de compensação dos tributos de itens que são vendidos a outros países.

Pela Constituição, as fábricas têm direito a receber de volta todos os impostos pagos na aquisição de insumos e serviços que serão empregados na elaboração de produtos voltados à exportação. Os empresários reclamam, no entanto, que demoram demais para receber esse dinheiro -de acordo com a Fiesp, há R\$ 20 bilhões de créditos acumulados na esfera federal e até R\$ 40 bilhões nas mãos dos Estados.

## **Governo cede para votar o pré-sal (O Estado de SP) 09/12/09**

Para agradar a governadores e prefeitos, governo federal aceita reduzir de 30% para 20% os royalties da União

Renato Andrade, BRASÍLIA

A base aliada do governo conseguiu dar início ontem, no plenário da Câmara, à votação do projeto que estabelece o modelo de partilha do pré-sal, a espinha dorsal do novo marco regulatório. A bancada de apoio ao Planalto foi mobilizada depois que os líderes governistas acertaram novo acordo de divisão das receitas com a exploração dos campos já licitados. A proposta garantiu mais recursos aos municípios produtores, reduziu a parcela da União e preservou as receitas dos Estados.

A nova divisão da cobrança de royalties e participação especial - compensações pagas pelas empresas que exploram petróleo - foi incluída no parecer do relator e líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves (RN). Por falta de quórum, no entanto, o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), encerrou a sessão da noite de ontem. A votação será retomada hoje.

Pelo acordo, a União reduzirá de 30% para 20% as receitas com os royalties. Os municípios onde se faz o embarque e desembarque do petróleo terão 5% dos royalties, e não mais 8,75%. Com esses dois cortes, os líderes conseguiram ampliar para 18% a fatia dos municípios produtores, que ficaram descontentes com a proposta acertada, na semana passada, com os governadores do Nordeste.

A irritação dos municípios, especialmente do Rio de Janeiro, fez com que o governador fluminense, Sérgio Cabral (PMDB), voltasse a atacar o Congresso, acusando os parlamentares de "gatunagem". O governador foi criticado pelo líder do governo na Câmara, Henrique Fontana (PT-RS). "Não há ninguém querendo roubar ninguém", disse. "O Rio de Janeiro não é o dono do Brasil."

## **PARTICIPAÇÃO ESPECIAL**

O novo acordo garantiu ainda a preservação das receitas previstas para os Estados produtores, como o Rio e o Espírito Santo, e o bolo a ser dividido entre os outros Estados e cidades que oficialmente não têm produção de petróleo no pré-sal.

No caso da participação especial, uma espécie de "royalty extra" cobrado nos campos mais rentáveis, foi mantida a divisão acordada na semana passada. Com isso, a União reduzirá de 50% para 35% sua fatia. A diferença de 15% será dividida entre os Estados não produtores, que ficarão com 10 pontos percentuais, e os municípios não produtores, que receberão os 5 pontos restantes.

A discussão sobre a divisão das receitas do pré-sal não deve se encerrar com o acordo. Depois de se reunirem ontem com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os governadores do Ceará, Piauí e Pernambuco deixaram claro que o assunto voltará a ser debatido no Senado. "Lá continuaremos o debate, que é a Casa que representa os Estados", disse o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), após a reunião com Lula.

O líder do PT na Câmara, Cândido Vaccarezza (SP) admitiu que os projetos de capitalização da Petrobrás e da criação do Fundo Social só serão votados em 2010. O primeiro projeto do pré-sal aprovado pela Câmara, que cria a Petro-Sal, já passou pela Câmara e foi para o Senado no fim de novembro. O relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa será o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

## **Petrobrás quer antecipar Tupi (O Estado de SP) 09/12/09**

Plataforma poderá operar antes de dezembro de 2010, como previsto

Nicola Pamplona e Kelly Lima, RIO

A Petrobrás trabalha para antecipar o projeto-piloto de produção na descoberta de Tupi, no pré-sal da Bacia de Santos. Com capacidade para produzir 120 mil barris por dia, a plataforma está prevista originalmente para dezembro de 2010, mas pode iniciar as operações dois meses antes.

Tupi estará no foco das atividades da empresa no ano que vem, que terá de correr para comprovar a viabilidade das reservas antes do fim do prazo estipulado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). A plataforma do projeto piloto de Tupi está em construção na China.

Atualmente, a empresa vem realizando um teste de longa duração no projeto, com a produção de 20 mil barris por dia. O objetivo é testar o comportamento do reservatório, analisando o fluxo do petróleo por dentro da rocha. Já com o projeto piloto, além dos testes, a empresa garante a antecipação de receita enquanto desenvolve o sistema definitivo de produção, que deve começar a ser instalado em 2013.

Segundo o diretor de Exploração e Produção da estatal, Guilherme Estrella, o plano inclui mais "meia dúzia de poços" exploratórios na área em 2010, com o objetivo de comprovar a viabilidade comercial do reservatório. Com base nas informações obtidas até agora, a companhia calcula as reservas de Tupi entre 5 bilhões e 8 bilhões de barris. As novas perfurações visam a comprovar esse potencial e definir o desenho do sistema de produção.

Tupi está no bloco exploratório BM-S-11, arrematado pelo consórcio Petrobrás/BG/Galp na terceira rodada de licitações da ANP, em 2000. Já teve seu prazo exploratório adiado uma vez pela agência. No ano passado, a companhia teve novo pedido de adiamento negado pelo órgão regulador. Assim, toda a atividade de exploração e avaliação da jazida tem de ser concluída até 31 de dezembro de 2010.

"Precisamos até definir o nome de Tupi, que não será esse definitivamente, mas um nome de peixe ou molusco, seguindo o histórico de nomenclatura da companhia para campos no mar", comentou Estrella, em café da manhã com a imprensa, ontem, na sede da companhia.

O executivo informou que a empresa está com "seis ou sete" sondas na área do pré-sal em Santos, mas teve de rever a programação de uma unidade, que foi deslocada para perfurar o primeiro poço em busca dos 5 bilhões de barris que serão cedidos pelo governo.

Esse poço será perfurado ao norte de Iara, reservatório que também pertence à concessão BM-S-11. O objetivo, disse o presidente da estatal, José Sérgio Gabrielli, é identificar se o reservatório vai além dos limites da concessão, o que demandaria uma negociação com a União antes do início da produção comercial (processo conhecido como unitização). "Potencialmente, é uma área contígua, unitizável e, por isso, assumimos o risco (da perfuração)", afirmou.

## **Estatal não planeja fazer captações no ano que vem (O Estado de SP) 09/12/09**

Nicola Pamplona e Kelly Lima, RIO

Apesar do sucesso da última captação, a Petrobrás não planeja voltar ao mercado financeiro no próximo ano. A afirmação é do diretor financeiro da companhia, Almir Barbassa, alegando que o fluxo de caixa atual é suficiente para bancar o plano de investimentos para os próximos anos. Entre lançamento de bônus e operações em bancos de fomento, a Petrobrás obteve US\$ 34 bilhões em 2009.

Há um ano, no auge da crise global, a estatal teve de recorrer à Caixa Econômica Federal para pagar impostos, suscitando dúvidas sobre sua capacidade financeira. Com petróleo em baixa e crédito escasso, a empresa entrou no quarto trimestre de 2008 com o caixa mais baixo desde 2000.

"Só (voltaremos ao mercado) se for uma oportunidade muito boa", disse Barbassa, ontem, no Rio, após café da manhã com jornalistas. Em sua última operação internacional, a empresa captou US\$ 4 bilhões com investidores internacionais. Para este mês, a Petrobrás espera receber a primeira parcela do financiamento de US\$ 10 bilhões contratado em maio com o China Development Bank (CDB).

O presidente da estatal, José Sérgio Gabrielli, lembrou, também ontem, que o mercado questionou a viabilidade do plano estratégico da empresa, lançado no início do ano, com orçamento de US\$ 174,4 bilhões. "Quando lançamos o plano, a crise mundial se aprofundava e houve muitas dúvidas. No dia 31 de dezembro, o petróleo estava em US\$ 33 por barril", comentou o executivo.

Gabrielli lembrou que o plano, que compreende o período de 2009 a 2013, se sustenta com petróleo acima de US\$ 65 o barril - ontem, em Londres, fechou nos US\$ 73. "Com os US\$ 30 bilhões mais o óleo a US\$ 65, dá para financiar todo o plano, que deixou de ser uma dúvida para se tornar algo real", afirmou o executivo, em meio a um balanço de final de ano.

## **Licitação para exploração de petróleo e gás é adiada (O Estado de SP) 09/12/09**

Leonardo Goy e Gerusa Marques, BRASÍLIA

Por problemas ambientais, o governo adiou para o início de 2010 a decisão sobre a realização da 11ª rodada de licitação de blocos de exploração de petróleo e gás natural. O assunto estava na pauta de ontem da reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), mas foi retirado a pedido da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Marcio Zimmermann, explicou que praticamente a metade da área que seria licitada para exploração, correspondente a 70 mil quilômetros quadrados da Bacia do Solimões, no Amazonas, teria de ser retirada da disputa, esvaziando a 11ª rodada.

Ele não deu detalhes, mas disse que os pré-requisitos ambientais para essa área ainda não haviam sido cumpridos. A expectativa agora, segundo o secretário, é que até o início do ano que vem a ANP resolva esses problemas e recoloca a Bacia do Solimões no escopo dos blocos a serem ofertados.

O CNPE também decidiu aguardar a aprovação pelo Congresso do marco regulatório de exploração de petróleo na camada do pré-sal para retomar a 8ª rodada da ANP. Esse leilão foi iniciado em 2007, mas teve de ser suspenso por problemas judiciais. Posteriormente, o governo conseguiu desobstruir a licitação na Justiça, mas decidiu esperar, já que entre os blocos que ainda não foram oferecidos estão alguns localizados nas proximidades do pré-sal.

Na reunião de ontem, o CNPE aprovou ainda diretrizes para exportação de Gás Natural Liquefeito. Na prática, essas regras servirão para a Petrobrás revender para fora do País o gás que ela importa e que não está sendo usado. A estatal importa esse gás na forma líquida e o transforma em gás nas unidades de regaseificação do Rio e Nordeste, para ser usado em usinas termoelétricas.

Zimmermann explicou que a decisão de aprovar as diretrizes foi tomada em função das boas condições do abastecimento de energia, produzida pelas hidrelétricas, que estão permitindo a sobra de gás. Segundo ele, o principal critério para a exportação é que o abastecimento do mercado interno esteja plenamente atendido.

## **Fiesp prevê expansão de 6,2% no PIB em 2010 (O Estado de SP) 09/12/09**

'O Brasil não é mais o país do futuro, mas sim do momento', diz o presidente das Fiesp, Paulo Skaf

Ricardo Leopoldo

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) estima que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil deverá crescer 6,2% em 2010, ante uma expansão de 0,4% este ano. Segundo o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, o próximo ano vai mostrar bom nível de recuperação da economia, com retomada vigorosa dos investimentos.

"Estou animado com as perspectivas do País não só para 2010, mas para os próximos anos. O Brasil não é mais o país do futuro, mas sim do momento. Temos um cenário muito favorável no longo prazo, inclusive com investimentos relacionados ao pré-sal, Copa do Mundo em 2014 e Olimpíada de 2016."

De acordo com a Fiesp, a produção industrial deverá avançar 12% no próximo ano, o que significaria uma recuperação sobre o desempenho deste ano, que deverá apresentar uma queda de 7%. O Indicador do Nível de Atividade (INA) apurado pela Fiesp deverá subir 13,5% no próximo ano, ante uma queda de 8,3% em 2009.

### **EMPREGO**

Ainda segundo a federação, o emprego industrial no Estado deverá subir 6,2% no ano que vem, resultado superior à queda de 4,7% em 2009. A geração de postos de trabalho no Brasil do setor manufatureiro, segundo a Fiesp, deverá crescer 6,3% em 2010, resultado bem acima da queda de 2,5% neste ano.

A Fiesp estima que, com o avanço rigoroso do nível de atividade no próximo ano, as importações vão crescer bem mais do que as exportações. A entidade prevê, nesse contexto, que as compras de produtos fabricados em outros países deve saltar de US\$ 127,7 bilhões em 2009 para US\$ 165,9 bilhões em 2010.

No caso das vendas de produtos brasileiros para o exterior, haverá um avanço de US\$ 161,9 bilhões para US\$ 176,4 bilhões no mesmo período.

Esses números indicam queda no saldo comercial de US\$ 24,2 bilhões neste ano para US\$ 10,6 bilhões em 2010. O aumento da demanda agregada especialmente promovido pelo consumo das famílias no próximo ano deverá levar as empresas a aumentar de forma expressiva os investimentos.

Segundo a Fiesp, a formação bruta de capital fixo deverá crescer 19,6% em 2010, resultado que compensará a queda de 14,6% deste ano.

"Não tenho dúvida de que as empresas no Brasil são muito eficientes e, ao perceber que as vendas estão indo muito bem, vão se readequar a essa realidade para eventualmente até aumentar ainda mais seus investimentos no próximo ano", comentou Paulo Francini, diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp.

## **Ganho de escala não é a única solução (O Estado de SP) 09/12/09**

Eduardo José Bernini\*

A natureza e a engenhosidade humana colocaram o Brasil numa posição privilegiada no novo contexto mundial, em que a busca de desenvolvimento econômico prevê o uso prioritário de fontes renováveis de energia, alterando radicalmente a estrutura e a geopolítica do mercado energético.

Além do potencial hídrico e eólico, clima e solo garantiram a expansão da cultura da cana-de-açúcar. E a visão de empreendedores permitiu que o álcool hidratado e o álcool anidro se transformassem em substitutos "verdes" para a gasolina e aditivos como o MTBE. Com isso, o Brasil desenvolveu um agronegócio com forte sotaque energético, a partir de duas commodities: uma secular (açúcar) e outra com grande potencial para se consolidar globalmente em curto prazo (etanol).

As perspectivas são positivas, porém no curto prazo o setor padece de uma situação financeira turbulenta. As razões são muitas: baixos preços do etanol no mercado interno até recentemente; volume de financiamento e capitalização aquém do esperado; e crise financeira mundial, que freou a abertura do mercado internacional ao etanol. A causa matriz, porém, foi o acelerado crescimento com base em perspectivas de mercado que não se confirmaram.

A solução passaria por um processo de consolidação por meio da concentração e fusão entre os grupos, conforme se comenta no mercado e provam as recentes aquisições que vieram a público. A aposta é que somente sobreviverão negócios com escala acima de 40/50 milhões de toneladas de cana esmagada por safra. A justificativa é forte e respeitável, principalmente por conta do jogo de forças na formação de preços do etanol no mercado interno. A saída, portanto, seria a fusão para ganhar escala e disputar o mercado internacional.

Mas não haverá um caminho alternativo para os grupos de menor porte? Analisar essa questão é essencial, pois sua resposta pode ser determinante para o futuro do setor e, em consequência, para a competitividade do País no mercado internacional dos combustíveis verdes.

Independentemente do porte do grupo, a atração de novos investidores, principalmente aqueles comprometidos com o binômio "eficiência na gestão" e "responsabilidade socioambiental", exige mais do que equacionar problemas financeiros de curto prazo ou acenar com a competitividade futura. Implica ter a disposição de modernizar a gestão com a correspondente adoção de padrões elevados de governança e de sustentabilidade socioambiental, condições cada vez mais exigidas dos gestores de investimentos. E esse compromisso, por relacionar-se com postura e visão de futuro, pode também ser assumido pelas usinas de porte menor.

Atrair novos investidores capitaliza o negócio, mas traz consequências como, por exemplo, a diluição do controle dos atuais proprietários/acionistas. Além disso, os investimentos deverão ser canalizados não só para a melhoria contínua da produtividade, mas também para a inevitável evolução tecnológica - sobretudo na passagem do bagaço hoje combustível para o bagaço fonte de celulose para o bioetanol de segunda geração. Essa migração vai alterar profundamente o atual balanço energético das usinas, transformando-as de exportadoras de energia elétrica (via cogeração) em importadoras líquidas, mesmo que alguma capacidade de geração venha a ser preservada com a recuperação do metano da vinhaça.

Outra consequência será a permanente comprovação da adoção de práticas sustentáveis. Isso não é trivial, pois envolve a consolidação das iniciativas em curso e a perfeita sintonia com as melhores práticas em termos de condições de trabalho, mecanização, manejo agrícola e uso da água e sua reciclagem. Significa também comprovar que os canais se encontram em áreas consolidadas como "de cana" e que não há concorrência por terras com outras culturas.

Esses ingredientes tornam a equação do negócio mais complexa, porém mais próxima das novas tendências políticas e econômicas mundiais. Portanto, concentração e desnacionalização talvez não sejam o único caminho. Outra opção pode ser o compromisso com a qualidade e a modernização, que atraia a atenção de novos e diversificados investidores, compatibilizando respeito aos requisitos ambientais e sociais, sem abdicar da lucratividade.

\*Eduardo José Bernini, economista, sócio-diretor da Tempo Giusto Consultoria Empresarial, é especialista em energia

Dividendos: Conselheiro da estatal não vê solução para valores retidos; presidente da companhia contesta.

## **Minoritário da Eletrobrás perde esperança (Valor Econômico) 09/12/09**

Por Arnaldo Galvão, de Brasília

A novela dos dividendos retidos pela Eletrobrás, que já dura mais de duas décadas, ainda promete muitos capítulos. O único representante dos acionistas minoritários no conselho de administração, Arlindo Magno de Oliveira, diz que já perdeu a esperança de um desfecho no ano que vem. Considerando somente os minoritários, a conta já chegou aos R\$

2 bilhões. A parte a que BNDES e Tesouro têm direito é de aproximadamente R\$ 8 bilhões. "Há mais de um ano prometem uma solução, mas não se mobilizaram para incluir no orçamento de 2010 uma previsão de aumento do capital da empresa. Como os dividendos não têm padrinho político, ficaram para o fim da fila", lamenta.

Oliveira diz que sente "constrangimento" na diretoria da empresa porque o governo pressiona para que a Eletrobrás realize os bilionários investimentos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, ao mesmo tempo, faça um igualmente bilionário superávit primário. A consequência, segundo o conselheiro, é o desrespeito aos direitos dos acionistas garantidos na lei das sociedades anônimas. Ele ressalta que, em 2009, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) já se manifestou pela ilegalidade da retenção.

A última notícia que Oliveira teve da Eletrobrás foi que o delicado tema dos dividendos retidos está na Casa Civil da Presidência da República. Na última reunião, em 30 de novembro, nada foi informado. A próxima está marcada para 18 de dezembro. "Tenho convicção de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não está devidamente informado sobre a gravidade do problema dos dividendos ilegalmente retidos", comenta o conselheiro.

O presidente da Eletrobrás, José Antonio Muniz Lopes, contesta as declarações de Oliveira e diz que acredita na solução do problema dos dividendos retidos ainda em 2010. De acordo com ele, a diretoria da empresa trabalha para efetuar esse pagamento "o mais cedo possível" e está tomando todas as providências nesse sentido. Apesar desse otimismo que contrasta com a posição do conselheiro dos minoritários, Lopes explica que a operação é complexa porque envolve o Tesouro, o BNDES e o interesse maior do país. "Lamento que um membro do conselho tenha dito isso porque ele sabe o quanto estamos trabalhando para acabar com esse problema", comenta.

O Valor procurou ouvir representantes do Tesouro, da Casa Civil e do Ministério de Minas e Energia, mas não obteve retorno.

A Eletrobrás, segundo o que diz Oliveira, tem cerca de R\$ 20 bilhões em caixa, valor que ele reconhece ser insuficiente para custeio, dívidas, dividendos retidos, investimentos e superávit primário. Um parcelamento dos R\$ 2 bilhões seria aceito pelos minoritários, o que, para o conselheiro, não prejudicaria o plano de investimentos. "No setor elétrico, os papéis da Eletrobrás estão entre os mais baratos do mundo porque o investidor sabe que a empresa não cumpre a regra do jogo. O nível de governança é baixo", critica.

Oliveira também questiona a estratégia de negócios da gigante estatal. Na opinião dele, o balanço da Eletrobrás tem uma grande "área cinzenta" porque políticas de governo, principalmente com os fundos setoriais, estão misturadas aos assuntos típicos de geração, transmissão e distribuição de energia.

Para o representante dos minoritários no conselho da Eletrobrás, a empresa poderia ter uma evolução parecida com a que fez com que o Banco do Brasil (BB) desse um grande salto. No passado, a instituição financeira tinha funções de banco central e também administrava a conta-movimento do governo federal. Atualmente, sem esses desvios, o BB está no novo mercado da Bovespa. "O controlador [governo federal] não dá independência à gestão da empresa e isso se reflete no preço das ações", afirma Oliveira.

Em junho, o diretor financeiro da Eletrobrás, Astrogildo Quental, deu entrevista ao Valor e disse que estava otimista sobre a perspectiva de um acordo neste ano com o governo sobre os dividendos. Isso porque o assunto, na visão dele, estava acima dos argumentos técnicos do Tesouro. Ele também reconheceu que se o problema não fosse equacionado neste ano, seria muito mais difícil resolver em 2010, ano de eleições.

Apesar do dilema criado para a Eletrobrás ao exigir da empresa vultosos investimentos e um bilionário superávit primário, o Tesouro poderá ter de cobrir a meta de superávit primário das estatais não financeiras em 2009. A conta pode chegar a R\$ 6,1 bilhões. De acordo com o Banco Central (BC), esse grupo de empresas teve, de janeiro a outubro, déficit primário de R\$ 2,14 bilhões, equivalente a 0,09% do Produto Interno Bruto (PIB).

A meta fiscal do setor público consolidado para 2009 - 2,5% do PIB - foi distribuída para o governo central (1,4 ponto percentual), estatais federais (0,20 pp) e governos regionais (0,9 pp). De acordo com o Tesouro, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) permite a compensação entre as metas estabelecidas para o governo central e para as empresas estatais federais não financeiras.

No caso das estatais federais não financeiras, a obrigação é de produzirem, neste ano, superávit primário de R\$ 6,1 bilhões. Desse valor, R\$ 1,6 bilhão é para o grupo Eletrobrás, R\$ 5,9 bilhões para Itaipu e déficit de R\$ 1,4 bilhão para as demais empresas, principalmente Empresa Gestora de Ativos (Emgea), Infraero e Correios (ECT).

O grupo Eletrobrás deu, no começo de novembro, alívio de R\$ 11,7 bilhões às suas subsidiárias. O conselho de administração aprovou o aumento de capital nesse valor ao converter boa parte da dívida de suas controladas. A medida

vai permitir que essas empresas economizem cerca de R\$ 2 bilhões por ano em serviços e juros da dívida que tinham com a controladora. Se a Eletrobrás perde receita por um lado, espera ganhar com o recebimento de dividendos de R\$ 30 bilhões nos próximos dez anos.

## **CNPE define regras para permitir exportação de excedente de GNL (Valor Econômico) 09/12/09**

Danilo Fariello, de Brasília

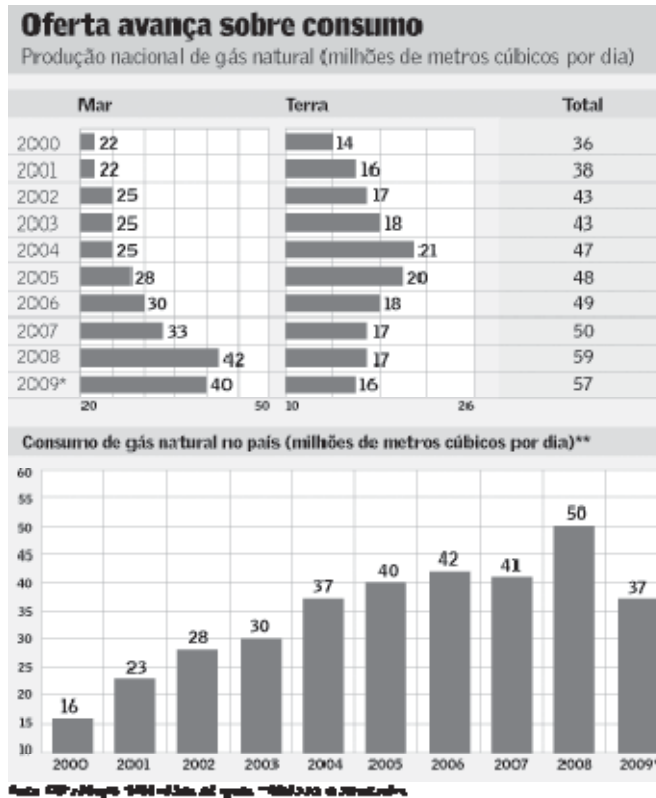
Uma importante base legal para que o Brasil passe de importador a exportador de gás natural liquefeito de petróleo (GNL) foi definida ontem. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) divulgou diretrizes para que a Petrobras possa exportar o excedente de GNL - o que sobra nos gasodutos, e também o produto importado em excesso, compras que estão atreladas a contratos de longa duração.

Esse pode ser um passo para que o Brasil exporte parte do gás que será extraído do pré-sal. A lei 11.909, de março deste ano, a Lei do Gás, previa que o Ministério de Minas e Energia (MME) incluísse essa possibilidade na regulamentação. Ontem, o CNPE deu o aval para a normatização, contanto que seja garantido o abastecimento do mercado interno, segundo Márcio Zimmermann, secretário-executivo do ministério.

A Petrobras já havia feito uma solicitação à Agência Nacional do Petróleo (ANP) para que pudesse reexportar navios carregados de gás liquefeito importado de Trinidad e Tobago. Em agosto, houve importação e regaseificação de GNL no píer de Pecém, no Ceará, e no da baía de Guanabara. O volume de gás proveniente do terminal de Pecém destinou-se aos gasodutos do sistema Nordeste, sendo que parte desse volume foi fornecida para as térmicas Termofortaleza e Termoceará, segundo a ANP.

No entanto, com o crescimento da produção de gás no país, essas importações já combinadas acabaram por se tornar supérfluas. O excesso de oferta é resultado também da boa situação dos reservatórios de água no país, o que faz com que se exija menos energia gerada pelas termelétricas.

O pedido inicial da Petrobras à ANP para exportar o gás liquefeito tratou especificamente de uma possível reexportação do gás procedente de Trinidad e Tobago. Pela norma atual, a estatal é obrigada a internalizar esse gás exportado no sistema nacional. Conforme um superintendente da ANP, porém, após publicada a diretriz do CNPE, e devidamente regulamentado o tema pelo MME, abre-se a possibilidade legal de exportação do gás que será extraído do pré-sal.



Na segunda-feira, a Petrobras divulgou uma parceria com as petrolíferas Galp e Repsol no consórcio que deverá criar um inédito sistema de liquefação de petróleo em alto-mar. Já fazia parte do consórcio a British Gas. O consórcio foi formado para desenvolver uma unidade de liquefação de gás natural embarcada (GNLE) para operar nos blocos BM-S-9 e BM-S-11 do polo pré-sal da bacia de Santos, a 300 km da costa brasileira. Mesmo com a entrada das demais parceiras, a Petrobras permanecerá majoritária no consórcio.

A unidade de liquefação - que consiste em transformar o gás em líquido por temperatura ou pressão para que seja transportado em navios - ficará instalada próxima a uma plataforma de exploração e receberá até 14 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás. Em nota, a Petrobras prevê a "possibilidade de exportação no mercado de curto prazo (spot) em períodos de demanda reduzida no segmento termelétrico no Brasil".

Para Ricardo Lima, presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace), é preocupante o fato de o governo estar prevendo normas para exportar gás, enquanto ainda não foi definida uma política nacional para o uso do gás pelas indústrias. "Foi privilegiado o interesse comercial de empresas, e não o de todo país."

## Leilão da ANP é adiado por problemas ambientais (Valor Econômico) 09/12/09

De Brasília

A demora em solucionar problemas ambientais mais uma vez interrompe os planos energéticos do governo. Assim como o leilão da usina de Belo Monte (PA) ainda não tem data para ocorrer por falta da licença prévia, a decisão sobre a 11ª rodada de leilão de blocos de exploração de gás e petróleo também será prorrogado para o próximo ano por questões ambientais.

Segundo o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, o pedido de adiamento foi feito pela Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), porque ela somente poderia leiloar metade dos blocos, localizados na região do rio Solimões, na Amazônia

Segundo Zimmermann, metade dos 140 mil quilômetros quadrados previstos para a rodada ainda tem problemas ambientais complexos a serem resolvidos. Já a esperada retomada do leilão da 8ª rodada - iniciada em 2007 e interrompida por questões judiciais e por conta da revisão do marco regulatório do setor - só será concedida pelo CNPE após o término da tramitação do marco do pré-sal no Congresso, segundo Zimmermann.

Ontem, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concedeu a licença prévia para a construção da hidrelétrica de Santo Antonio, no rio Jari, na divisa dos Estados do Pará e Amapá. A usina tem potencial de 300W e a licença prévia foi condicionada a 25 ajustes que os empreendedores deverão efetuar, para conseguir a licença de instalação. Ela deverá ser leiloada no dia 18. (DF)

Congresso: Expectativa do governo era aprovar texto-base e deixar para hoje votação dos destaques ao projeto

## **Câmara vota proposta de partilha do pré-sal (Valor Econômico) 09/12/09**

Raquel Ulhôa, de Brasília

Apesar dos obstáculos impostos pela oposição e das divergências da base aliada em torno das regras de rateio dos recursos da exploração da área do pré-sal, o governo conseguiu ontem dar início, no plenário da Câmara dos Deputados, ao processo de votação do projeto de lei que institui o sistema de partilha de produção como modelo de exploração nas novas reservas petrolíferas, em vez da concessão.

Até as 22h20, o plenário deliberava sobre requerimentos da oposição, que tentava protelar a decisão. A expectativa dos governistas era concluir a votação do texto-base do substitutivo do deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) ainda ontem, deixando os destaques (que podem alterar trechos da proposta) para hoje. Se ele for aprovado, ficará para o próximo ano a deliberação sobre os projetos da capitalização da Petrobras e da criação do Fundo Social.

A parte mais polêmica do projeto que trata do modelo da partilha e que causa divisão dos aliados é a regra de distribuição das receitas governamentais devidas pela exploração dos campos já licitados pelo modelo de concessão, royalties e Participação Especial (PE), e dos que ainda serão licitados - neste caso, só royalties, já que a PE deixa de existir no sistema de partilha.

Para vencer as resistências, os líderes partidários fizeram novo entendimento de última hora, reduzindo as perdas dos municípios produtores confrontantes (cujo litoral está defronte de poços de pré-sal) com o rateio dos royalties do petróleo do pré-sal das áreas já licitadas.

Embora a receita dos Estados produtores confrontantes, Rio de Janeiro e Espírito Santo, com o pré-sal já licitado tenha sido preservada, o acordo fechado entre governadores do Nordeste e Palácio do Planalto na semana passada encontrou forte oposição dos deputados desses Estados, porque reduzia em 14 pontos percentuais a arrecadação dos municípios produtores.

Ontem, no entendimento feito no plenário, com aval do Palácio do Planalto, após às 19h, o prejuízo dos municípios produtores com relação às áreas licitadas até 31 de dezembro ficou menor. O rateio dos royalties foi alterado da seguinte forma: a parte da União (dividida entre Comando da Marinha e Ministério da Ciência e Tecnologia) caiu de 30% para 20%; os Estados produtores mantêm seus 26,25% e a parcela dos municípios confrontantes passa de 26,25% para 18% (iria para 12,25%, pelo acordo da semana passada).

Ganham os Estados não produtores e o Distrito Federal, que tinham direito a uma parte de um percentual de 8,75% e passam a ficar com 22%. O mesmo ocorre com municípios não produtores. Eles tinham direito a uma parcela ínfima dos mesmos 8,75% que também iriam para os Estados não produtores. Agora, ficam com 8,75% só para eles.

O presidente Lula autorizou a redução da arrecadação da União com Participação Especial na exploração dos campos já licitados de 50% para 35%. Os recursos dos quais a União abre mão irão para dois fundos especiais, a serem distribuídos a Estados e municípios não produtores, pelos critérios dos fundos de participação.

O desafio do governo é unir sua base aliada em torno do substitutivo de Henrique Alves. O texto aprovado na comissão já alterava as regras de distribuição dos royalties dos campos não licitados. Os governadores do Nordeste reagiram, pelo fato de não haver previsão de quando essas áreas começarão a ser exploradas e a produzir. O relator elaborou novos critérios, com redistribuição mais equânime. Pela legislação atual, a receita do petróleo fica quase toda com Estados e municípios produtores.

Mas há emendas propondo divisão mais radical dos recursos do pré-sal. A proposta que tem recebido mais apoios é a dos deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e Humberto Souto (PPS-MG), que prevê distribuição por todos os Estados e municípios, pelos critérios dos fundos de participação, de todo o petróleo retirado do mar.

Os governistas tentaram unir sua base argumentando que a motivação da oposição, ao fazer obstrução às votações, é político-ideológica e não a defesa da votação de um projeto que beneficia os aposentados, como alegam.

Entrevista: Às vésperas de Copenhage, Dilma alfineta Marina ao política de licenciamento da ex-ministra

## **"Licenciar térmica em seis meses é crime ambiental" (Valor Econômico) 09/12/09**

Raymundo Costa e Rosângela Bittar, de Brasília

Dilma sobre o peso da economia em 2010: Sou "Clintoniana" em matéria de economia. 'É a economia, estúpido!' Na chefia da delegação oficial brasileira à conferência do clima, em Copenhague, para onde viaja sábado, a ministra Dilma Rousseff esverdeou de vez sua candidatura presidencial. "O Brasil quebrou um tabu", diz. "É possível combinar o crescimento com o meio ambiente". Dilma falou ao Valor em entrevista no final da manhã de ontem, entre uma reunião no conselho de política energética e o almoço com "Palocinho", o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, um dos integrantes do grupo palaciano-petista que traça a estratégia de sua candidatura presidencial.

Na entrevista, a ministra Dilma esboçou os contornos do que deve ser o seu programa de governo e explicou o que entende por governo de continuidade - "Só tem um jeito de continuar esse governo, é avançar, o que significa manter e aprofundar o que já fizemos". Ao contrário do que afirmou o presidente do PT, Ricardo Berzoini, de que a ética não norteará a campanha presidencial, Dilma diz que a "ética é questão seríssima no Brasil", mas se manifestou contra julgamentos políticos sumários. Defende o acordo com o PMDB, e, se for preciso, irá a dois palanques aliados.

Dilma nega enfaticamente que ela e o governo só tenham se sensibilizado pela questão ambiental após a saída da ministra Marina Silva do governo e de sua candidatura a presidente pelo PV. Mas, na entrevista, ela escreve o capítulo ambiental de sua vida pública, o de uma mulher realista que sempre defendeu o uso da energia limpa das hidrelétricas em contraposição a moinhos de vento como a energia eólica ou solar. E não deixa de dar uma alfinetada em Marina: crime ambiental, segundo Dilma, é levar seis meses para conceder licença para a construção de uma termelétrica (grande emissora de poluentes) e um ano e meio para o início de uma hidrelétrica.

A seguir, os principais trechos da entrevista concedida ao Valor:

Valor: O presidente do seu partido excluiu, do debate político e, como consequência, dos princípios de sua candidatura, a questão ética. Disse que a ética não norteará a campanha pois o jogo foi zerado com as transgressões em todos os partidos. A senhora concorda?

Dilma Rousseff: A ética é uma questão seríssima no Brasil. Crime de corrupção tinha de ser punido de forma extremamente drástica. Princípio ético é algo que ninguém pode afastar e eu acho que ele permeia tudo. O que eu acredito que o (Ricardo) Berzoini está pensando é outra coisa: tem e teve no Brasil uma utilização de certos episódios não para defender a ética, mas para destruir o adversário.

Valor: A senhora está se referindo ao mensalão?

Dilma: Estou me referindo a todos os episódios que se caracterizaram por julgar, condenar e punir num ato só, sem dar direito de defesa. Por direito de defesa não estou falando em procrastinar nada. Sou a favor, primeiro, que crime de corrupção tenha uma punição mais dura do que tem hoje. A gente não vê nenhuma punição.

Valor: É válido o julgamento político? É mais rápido que as vias processuais.

Dilma: Julgamento político, geralmente, tende a favorecer interesses. Desde a Revolução Francesa, a questão de o inquérito ser impessoal é um princípio de civilização. Julgamento político pode ser enviesado.

Valor: Então a senhora diria que não é correto fazer uma desfiliação partidária sumária?

Dilma: Isso é outra coisa. É julgamento do partido, uma atividade privada, o partido usa os critérios de que dispõe. Eu falo do meu. O meu partido não deve. Ele deve dar amplo direito de defesa e, havendo provas, tomar as providências cabíveis, até expulsar.

Valor: O resultado das eleições internas no PT deu vitória ao grupo que defende aliança com o PMDB no apoio à sua candidatura a presidente. Não há mais riscos para a coligação?

Dilma: A impressão que eu tenho é que ela nunca esteve em risco. Essa aliança com o PMDB faz parte de uma compreensão do PT e do próprio governo da importância de se montar coalizão para governar o Brasil. Inequivocamente, houve dentro do PT uma esmagadora maioria a favor da coalizão.

Valor: Mas, em Minas Gerais, onde há muitos delegados do PMDB e a disputa caminha para dois palanques governistas, a questão ainda está em aberto, bem como na Bahia...

Dilma: A realidade do país é diversa. Em alguns lugares o PT vai apoiar o PMDB, em outros lugares o PMDB vai apoiar o PT. E tem outros que talvez você não consiga, no primeiro turno, fazer uma coligação.

Valor: Onde houver mais de um palanque, a senhora vai aos dois?

Dilma: O presidente disse outro dia uma coisa interessante. Para a gente ir a dois palanques é preciso ter acordo de procedimento entre as partes. Ele estava falando isso inspirado na experiência que teve no Nordeste com o Eduardo (Campos, do PSB, governador de Pernambuco) e o Humbertinho (Costa, do PT, ex-ministro da Saúde). Eles fizeram um acordo pelo qual o presidente iria a um palanque em que os dois estivessem. Foi esse o acordo.

Valor: A senhora tem sido mais afirmativa do que o PT de São Paulo, que já tem seis candidatos, no apoio à candidatura do deputado Ciro Gomes (PSB) a governador do Estado.

Dilma: Há uma preferência nossa pelo Ciro. Temos uma quantidade significativa de outras hipóteses. Tem de deixar a coisa amadurecer mais e se aproximarem as eleições para definir.

Valor: E por que a preferência pelo Ciro?

Dilma: Eu tenho em relação ao Ciro um grande respeito político. Não vejo o Ciro como uma pessoa estranha a nós. Agora eu acho que a Marta (Suplicy), Aloizio Mercadante, Emídio de Souza e o meu companheiro Palocchino têm condições de ser candidato. Por falar nisso, ele está me esperando para a gente almoçar.

Valor: A economia vai estar fora da campanha eleitoral? Sem problemas de inflação, sem crise internacional, sem necessidade de aumentar juros...

Dilma: Sou "Clintoniana" em matéria de economia. 'É a economia, estúpido!' (conceito que pontuou a reeleição do presidente americano Bill Clinton).

Valor: Como a economia vai para a sua campanha?

Dilma: Com os resultados econômicos e sociais. A política monetária no Brasil é muito bem-sucedida. Se você olha para trás, vê que sobrevivemos a uma crise, temos estabilidade e margem de manobra. Nossos juros vão convergir para juros internacionais? Vão. Mas fizemos por onde.

Valor: Por que todos os candidatos estão indo para Copenhague?

Dilma: Pela importância que Copenhague tem independentemente de qualquer coisa. Não em termos de campanha política, mas pelo assunto em si. O que está em jogo em Copenhague é a obrigação dos países ricos de reduzir suas emissões. De um lado, colocar os números na mesa e, de outro, os recursos para financiar as ações de adaptação e de mitigação dos países pobres e em desenvolvimento. O que se espera de Copenhague é que eles assumam um compromisso robusto de reduzir suas emissões.

Valor: Qual é o objetivo?

Dilma: Que eles reduzam de 25% a 40%, com base em 1990, que respeitem o Protocolo de Kyoto e que, ao mesmo tempo, apresentem volumes de financiamento para que os países em desenvolvimento, que não têm meta obrigatórias, façam ações de adaptação.

Valor: A senhora acha realista a proposta do Brasil de redução das emissões entre 36,1% a 38,9%?

Dilma: Pelos dados que temos, sim. Vamos reduzir mais ou menos 50% disso por meio de ações contra o desmatamento da Amazônia e do Cerrado. O restante vamos fazer mantendo nossa política - e até acelerando-a - de energia renovável, de agricultura e uma pequena ação na área da indústria, no setor de siderurgia. No caso das emissões por desmatamento, nós reduziremos uns 80%, o que significa quase a metade da meta total.

Valor: E na área industrial?

Dilma: A emissão não é muito grande. No Brasil, a composição é mais ou menos a seguinte: em primeiro lugar está o desmatamento, em segundo a energia e, em terceiro, a indústria. A emissão maior no mundo é a da energia. Portanto,

como temos uma matriz hidrelétrica muito forte (86%), se mantivermos isso e ao mesmo tempo dermos uma ampliada no biocombustível, seguramos as emissões.

Valor: Então, a opção é a hidrelétrica?

Dilma: Os países ricos têm um problema porque o que move uma economia, que é a energia, é eminentemente de fontes térmicas. No Brasil há uma esquizofrenia de não fazer hidrelétrica. A alternativa de não fazer hidrelétrica é a energia térmica. Por isso, o governo Lula tem brigado sistematicamente para voltar a investir em hidrelétricas.

Valor: Na China, segundo especialistas, uma redução que leve o crescimento econômico a menos de 9% ao ano pode implicar enormes custos econômicos e sociais. O mesmo não se aplica aos países pobres e em desenvolvimento?

Dilma: Nossa situação é diferente. Além do combate ao desmatamento e de termos mais energia renovável, temos agricultura mais produtiva do mundo, que utiliza métodos de eliminação de emissão de CO2. Quando dizemos que vamos ter o aço verde é porque estamos incentivando as siderúrgicas a voltarem a usar carvão vegetal de floresta replantada.

Valor: Sem comprometer o crescimento?

Dilma: Pelo contrário. O Brasil derruba um tabu de que ou você cresce ou respeita o meio ambiente. Essa será a síntese da posição do Brasil em Copenhague: é possível crescer, reduzir desigualdade de renda e fazê-lo respeitando o meio ambiente.

Valor: Qual é seu compromisso com o meio ambiente?

Dilma: O meu maior compromisso é ter brigado a vida inteira para a hidreletricidade entrar na nossa matriz. Por ter brigado pelos combustíveis renováveis - etanol e biodiesel.

Valor: Como?

Dilma: Temos duas políticas de combate ao desmatamento. Nesse ano o desmatamento caiu de 12 mil para 7 mil quilômetros quadrados.

Valor: Como consequência direta das políticas do governo federal?

Dilma: Direta! Foi uma política de repressão. O chamado Arco de Fogo. Bota a Polícia Federal, o Ibama, a Força Nacional e baixa lá nos 43 municípios (os campeões do desmatamento, segundo lista do Ibama) e não deixa passar madeira. Agora, isso não dura, é uma política emergencial. Não se pode basear uma política de desmatamento na repressão.

Valor: E o que é que dura?

Dilma: A política chamada Arco Verde Terra Legal. No caso do Terra Legal, porque não sabe, na zona de desmatamento do Brasil, de quem é a terra. Na Amazônia, não se sabe de quem é a terra. No Mato Grosso, uma parte grande ninguém sabe de quem é. O mesmo se dá em Tocantins. Mandamos ao Congresso uma lei para legalizar a posse da terra e foi aprovada.

Valor: Quais foram exatamente suas divergências com a ex-ministra Marina Silva?

Dilma: A Marina fez o papel dela e eu, o meu. Tenho uma visão a respeito da energia. Licenciamento de uma térmica em seis meses é um crime contra o meio ambiente. Podem falar o que quiser. No Brasil, dão licenciamento de térmica em seis meses, mas licenciamento de uma hidrelétrica leva um ano e seus meses.

Valor: Por que é um crime contra o meio ambiente?

Dilma: Porque o maior emissor do mundo é a fonte fóssil, da qual se valem as usinas térmicas.

Valor: De repente o governo ficou sensível ao tema do meio ambiente. Não é porque virou um tema eleitoral?

Dilma: Quando eu era ministra de Minas e Energia, o biodiesel entrou na matriz de combustível do Brasil. Você sabe o que é, em 2003, aprovar uma lei, tornando obrigatória a mistura de biodiesel no diesel? Nós antecipamos, para 1º de

janeiro de 2010, a mistura de 5%. Fizemos zoneamento agroecológico. Como é que não temos compromisso com o meio ambiente?

Valor: Não é compromisso. É a sensibilidade surgida com a corrida eleitoral.

Dilma: Gostaria de saber com o que fomos insensíveis? Voltamos a investir em hidrelétricas. Quando alguém fala que é possível substituir hidrelétrica por energia eólica é porque não entende da eólica. Tenho orgulho de ter participado da grande geração eólica que há no país, lá no Rio Grande do Sul, em Osório. Há um parque eólico com geração de 100 MW. Nós fomos lá, medimos os ventos, depois criamos toda a parte institucional. Por que tem de criar? Porque a energia eólica é cara e ela não garante o abastecimento. Não há ainda uma tecnologia para estocar vento. Quando venta, você usa. Quando não venta, você não tem o que fazer.

Valor: A senhora diria que o governo trata o tema hoje como antes de a Marina entrar no páreo eleitoral?

Dilma: Bom, é que o pessoal achava que lutar por hidrelétrica não era respeitar o meio ambiente. No Brasil há esse problema. As alternativas hidroeletricidade são: usinas térmicas a carvão, a gás e nuclear. Se o pessoal é contra nuclear, sobra o quê?

Valor: Mas não há uma revisão hoje sobre a nuclear?

Dilma: Não. Tem de haver uma revisão primeiro sobre a hidrelétrica. É um absurdo um país que tem o potencial que nós temos não desenvolver hidrelétricas. Concordo que se cometeram crimes na construção de algumas hidrelétricas. Balbina é um crime (grande área de inundação, apodrecimento da mata e grande emissão de gás). Mas a gente não precisa cometer crime para explorar a hidroeletricidade. Pode-se mitigar, impedir que tenha aqueles alagamentos monstruosos.

Valor: O que a senhora pretende fazer para mudar os prazos de licenciamento ambiental?

Dilma: Quem tem hoje que responder o que vai fazer são os ministro (Edison) Lobão e (Carlos) Minc. Quando você faz propostas ambientalmente corretas, não pode falar que não quer isto ou aquilo, porque o país tem que crescer.

Valor: Qual a perspectiva do pré-sal em relação ao meio ambiente?

Dilma: O pré-sal é eminentemente um grande recurso que temos para exportação. O petróleo não é para a gente usar internamente. É a nossa grande arma para obter reserva, para aumentar o grau de industrialização da cadeia de petróleo e gás e para exportar produtos para valor agregado.

Valor: Então, a senhora não vê contradição entre o desenvolvimento hidrelétrico e a exploração do pré-sal?

Dilma: Nossa hidroeletricidade é para nós. O petróleo é para exportação.

Valor: Há temas em que o eleitorado se diz interessado, preocupado até, e avalia mal o desempenho do governo, como Educação, Saúde e Segurança. A senhora já reconheceu, tempos atrás, que houve dificuldades de avançar nessas questões.

Dilma: Isso ocorre porque são áreas que demandam maior tempo de maturação. A gestão do ministro (Fernando) Haddad é boa. Na saúde, estamos no caminho certo. Mas vocês hão de convir comigo que tivemos um baque muito grande quando a saúde perdeu a CPMF.

Valor: Os especialistas dizem que o problema da saúde não é dinheiro.

Dilma: Concordo com eles. Não posso fazer UPA (Unidade de Pronto Atendimento) se não investir um pouco, mas concordo que há sempre um problema de gestão.

Valor: Como seria um governo de continuidade?

Dilma: Avançar e isso significa manter e aprofundar o que já fizemos. Tem um princípio que eu acho que construímos: é possível crescer e distribuir renda.

Valor: Como aprofundar isso?

Dilma: Conseguimos gerar 12 milhões de empregos com carteira assinada. Neste ano vamos fechar com mais 1,1 milhão. O que vamos fazer é ampliar os programas de combate à pobreza. Temos de garantir que no Brasil esses programas atinjam todas as pessoas. O Bolsa Família tem de atender a todas as pessoas que não têm renda suficiente. Hoje, estamos atendendo quase 12 milhões. Dependendo de quanto a renda cresça, pode haver dois movimentos: um de redução e um de aporte de recursos ao programa.

Valor: Além do crescimento com distribuição de renda, há algum outro princípio definido?

Dilma: Universalização de serviço público. O Luz para Todos é a universalização de energia, mas falta a universalização do esgoto. Temos que ter cobertura de esgoto em 100%. Há Estados que você não acredita que não tinham cobertura. Santa Catarina era quase zero. Como deixar um estado rico sem cobertura de esgoto?

Setores com uso intensivo de energia, como siderurgia, mineração, construção civil, alumínio e petroquímica, além de atividades de base florestal, são os mais vulneráveis a ações restritivas

## **Mudanças climáticas (Valor Econômico) 09/12/09**

Sérgio Adeodato, para o Valor, de São Paulo

Medidas ambientais unilaterais apresentam riscos ao comércio

O desafio climático preocupa o setor produtivo não apenas pelos impactos nas fontes de matéria-prima, pela insegurança das populações ou pela urgência de altos investimentos para aumentar a eficiência energética e mudar padrões de produção e consumo. "Medidas unilaterais para reduzir gases do efeito estufa, tomadas internamente por países industrializados, podem criar barreiras ao comércio internacional e afetar a competitividade das empresas, principalmente nos países emergentes", afirma Welber Barral, secretário do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Ele adverte: "É preciso promover o desenvolvimento sustentável, mas também garantir as regras do livre comércio".

O sinal de alerta vem dos Estados Unidos, responsáveis por 25% das emissões de carbono do planeta e que se preparam para aderir ao esforço global contra o aquecimento a partir de uma legislação polêmica, em análise no Senado. O objetivo é diminuir os gases em 80% até 2050. A proposta, conhecida como Lei de Energia Limpa e Segurança dos EUA, estabelece limites para o carbono e mecanismos que permitem negociar no mercado licenças para emissões, dentro da modalidade "cap-and-trade", com a perspectiva de movimentar US\$ 10 trilhões nas próximas quatro décadas - modelo visto como subsídio.

Motivo maior de apreensão é que, para garantir empregos e compensar o custo das indústrias americanas com as melhorias ambientais, a política em debate restringe a importação de mercadorias originárias de países que não cumprem metas obrigatórias do Protocolo de Kyoto para cortar poluentes. No caso da siderurgia, por exemplo, a nova legislação propõe uma redução interna de 17% nas emissões, desde que o aço importado pelos Estados Unidos tenha as mesmas condições de baixo carbono.

Nos preparativos da COP-15, a Conferência das Nações Unidas sobre Clima, a União Europeia acenou com a mesma estratégia "compensatória", que também objetiva evitar o chamado "vazamento de carbono" - ou seja, o êxodo de investimentos para regiões com regras frouxas, o que dificulta a redução global de gases. "O conflito pode aumentar a tensão nas negociações climáticas, atuais e futuras", lamenta Barral. "A questão do clima é um ótimo pretexto, um disfarce para impor barreiras protecionistas, não tarifárias e até tarifárias", concorda Antonio Josino Meirelles, analista de negociações internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI). A ameaça, em sua opinião, é perceptível na reação dos países ricos com suas políticas domésticas e poderá ganhar força se a reunião de Copenhague não definir o aspecto comercial das emissões. "Espera-se que as nações industrializadas reconheçam os compromissos voluntários dos países em desenvolvimento", diz Meirelles.

Setores com uso intensivo de energia, como siderurgia, mineração, construção civil, alumínio e petroquímica, além das atividades de base florestal, são os mais vulneráveis a taxações e outras medidas restritivas. "É necessário criar um marco regulatório para o clima, capaz de pautar as relações comerciais e evitar que os países adotem políticas unilaterais com subsídios e outras ações protecionistas", ressalta Elizabeth de Carvalhaes, presidente executiva da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), setor que tem os Estados Unidos como terceiro maior importador. Para Elizabeth, "não podemos distorcer e contaminar os mercados em nome do clima".

"É importante evitar a ingenuidade na negociação do clima, porque a discussão é econômica", sugere Marco Polo de Mello Lopes, vice-presidente executivo do Instituto Aço Brasil. O setor siderúrgico brasileiro apresentou a meta voluntária de diminuir as emissões em 10 milhões de toneladas de carbono até 2020, o que representa um corte de 0,4% dos

gases-estufa hoje liberados pelo Brasil. "Mas o país não pode parar o desenvolvimento", afirma Lopes. O plano nacional é triplicar o atual nível de consumo para 300 quilos de aço por habitante ao ano, próximo ao da China. "No mundo pós- crise a concorrência é mais acirrada, com aumento das medidas protecionistas", destaca o executivo. Ele conta que, na Europa, os créditos referentes à venda de licenças para emissões de carbono por siderúrgicas que liberam carbono abaixo do limite representaram no ano passado US\$ 1 bilhão - "subsídio que coloca o setor europeu em vantagem".

O protecionismo fere o princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada. O conceito atribui maior carga de compromissos aos países industrializados, responsáveis pela maior parte dos gases-estufa da atmosfera, e é um dos principais pontos da Convenção do Clima, assinada em 1992. "A questão climática é irreversível e impõe novos desafios para os tratados internacionais de comércio", afirma o professor Alberto do Amaral Júnior, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Ele lembra que o esforço do sistema multilateral de comércio desde a criação do GATT, em 1947, no pós-guerra, tem sido de liberar e ampliar os fluxos econômicos, eliminando barreiras alfandegárias. No artigo XX, o tratado prevê exceções de proteção ambiental e saúde pública. Em 1994, o acordo que criou a Organização Mundial do Comércio (OMC), falou em desenvolvimento sustentável, refletindo as preocupações dos anos 80 e 90, após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). "Mais tarde surgiu o Protocolo de Kyoto, que regula os compromissos climáticos, mas não foi desenhado para tratar questões comerciais. A expectativa é que o tema seja incluído na nova moldura jurídica pós-2012, negociada em Copenhague", explica Amaral.

"A urgência do clima aproximou comércio e meio ambiente, que antes praticamente não se comunicavam", analisa o professor, acrescentando que o assunto é fundamental para garantir legitimidade ao sistema de comércio mundial. "É um trabalho penoso, porque há muitos interesses em jogo", diz. Marco desse processo, segundo Amaral, foi a reunião da OMC realizada em 2008 no Japão, onde os países assinaram uma declaração para promover a cooperação na esfera da mudança climática. Além disso, o relatório "Trade and Climate Change", divulgado em julho deste ano pela OMC e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep), concluiu que o combate ao aquecimento global pode modificar vantagens comparativas e alterar o padrão do comércio internacional. O estudo aponta que os efeitos do clima, como furacões e elevação do nível do mar, colocam sob risco os canais de circulação de mercadorias e serviços, a exemplo dos portos e estradas, o que envolve aumento de custos. "Para a OMC, a solução é o comércio aberto com redução de tarifas para bens de baixo carbono, energeticamente mais eficientes", informa Amaral. Recente estudo do Banco Mundial indica que o volume do comércio internacional crescerá 7% se forem eliminadas as barreiras alfandegárias sobre tecnologias limpas.

A discussão é polêmica. O bloco dos países em desenvolvimento teme que a redução de tarifas favoreça as nações industrializadas, detentoras da tecnologia para o baixo carbono. É preciso, segundo o professor, criar mecanismos de equilíbrio. Um desafio é evitar paraísos de poluição em regiões que têm regras ambientais brandas e acolhem atividades reprimidas em outros países - situação que coloca em perigo a agenda internacional do clima. Propõe-se a criação de um Código de Boa Prática sobre o Controle da Emissões de Gases-Estufa, um acordo multilateral para regular medidas comerciais relativas ao clima, reduzindo conflitos entre os membros da OMC. O código comercial climático admitiria limites máximos de emissões, sem que as exigências aos produtos importados sejam maiores em relação aos nacionais. Além de subsídios para tecnologias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a proposta incluiria impostos sobre o carbono ou até taxas para importação, desde que sejam calculadas com base equivalente aos encargos impostos aos produtos nacionais.

A negociação é complexa e tem forte componente político. "Os países estão sob grande pressão para assumir compromissos de redução de emissões, mas também precisam conseguir o apoio doméstico para aprovar um novo tratado internacional sobre mudanças climáticas, bem como legislações nacionais para colocar os compromissos em prática", explica Daniela Godoy, pesquisadora do boletim "Pontes", mantido pela parceria entre a Fundação Getúlio Vargas e o Centro Internacional para o Comércio e Desenvolvimento Sustentável, sediado em Genebra. Ela conta que, em recente evento sobre o tema, um representante do National Foreign Trade Council - organização do setor privado americano - afirmou que impostos a produtos estrangeiros é o preço a pagar pela aprovação da legislação climática. "Se não houver definições em Copenhague, é possível que a questão seja resolvida por meio de contenciosos na OMC e a previsão é uma onda de retaliações."

Em entrevista ao boletim "Pontes", Roberto Azevedo, embaixador brasileiro na OMC, disse que "não há surpresa no fato de EUA e outros países ricos cogitarem medidas comerciais para alcançar objetivos ambientais ou mesmo protecionistas". A questão, segundo ele, "é saber se essas medidas são compatíveis com as obrigações assumidas na OMC". Em sua opinião, o sistema multilateral de comércio desenvolveu jurisprudência sobre comércio e meio ambiente. "O governo brasileiro não acredita que o êxito das negociações do clima dependa de avanços específicos do sistema de comércio", completa o embaixador, na esperança de que a matriz energética limpa gere vantagens ao Brasil em relação a outros membros da OMC.

Para Alexandre Szklo, professor de planejamento energético da Coppe, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, "o país tem muito a ganhar no caso da liberalização do comércio, mediante a redução de tarifas, principalmente no que diz

respeito ao etanol". Medidas de fronteira, como taxaço de importa es, podem colocar a indústria em desvantagem competitiva, "caso não existam acordos setoriais envolvendo transferência de tecnologia e recursos financeiros para modernizar o parque industrial brasileiro". A transferência de tecnologia   um gargalo a ser resolvido, pois três quartos das transa es acontecem entre os países desenvolvidos. Além disso, nos últimos 30 anos, não houve aumento significativo de negócios no setor, de acordo com dados da Organiza o para a Coopera o e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Para Szklo, "a lei americana pode ser aprovada, mas não necessariamente implementada, servindo como moeda de barganha para futuros acordos multilaterais". O pesquisador adverte: "O protecionismo   inconsistente, porque não há como resolver o problema do clima global de forma unilateral".

Uma questão   saber se as restri es de cunho protecionista - hoje direcionadas a países sem metas para carbono - podem atingir em efeito-domin o processos industriais e produtos. Padrões técnicos que estabelecem níveis máximos de polui o e etiquetagem são peças que estão em jogo. A tendência   um expressivo crescimento das certifica es, os selos verdes que comprovam ao mercado a origem de produtos e serviços dentro de critérios ambientais e sociais. "Sistemas de abrangência internacional, como o Forest Stewardship Council (FSC), estudam incluir critérios de carbono nas normas para conferir o selo", revela Maurício Voivodic, do Instituto de Manejo e Certifica o Florestal e Agrícola (Imaflora), credenciado para aplicar o selo FSC no Brasil. Ele conta que os fundos de pensão americanos já exigem demonstrativos de carbono para investir em empresas. "Enxergar a certifica o como uma barreira não tarifária   não aproveitar a oportunidade de alinhar produtos e sair na frente, porque a exigência acontecerá mais cedo ou mais tarde", avalia Voivodic.

"O Brasil precisa participar diretamente do processo de constru o das normas para as certifica es internacionais, equilibrando forças no jogo de interesses", sugere o professor Jacques Marcovitch, da FEA, na Universidade de São Paulo. "Não vejo isso como uma barreira, mas como um instrumento positivo de mudanças e as empresas proativas sairão melhor na competitividade", afirma. Ele completa: "Estamos diante de um cenário mais rico em oportunidades do que de custos e ameaças".

## **Gás natural (Valor Econômico – Agenda) 09/12/09**

A Gas Energy promove o Seminário de Gás Natural 2009.

Data: 9 e 10 de dezembro

Horário: das 17h às 22h

Local: Hotel Country Club, Lima, Peru

Informa es: dedy.calderon@ gasenergy.com.br

## **Conselho aprova cria o de duas ZPEs (Valor Econômico) 09/12/09**

Azelma Rodrigues, de Brasília

O Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exporta es (CZPE) aprovou ontem a cria o da Zona de Processamento de Exporta o (ZPE) de Assú, no município de mesmo nome, no Rio Grande do Norte. E aprovou também a ZPE de Suape, em Jaboatão dos Guararapes (PE). Para o funcionamento, porém, ainda faltam libera o da Receita Federal e decreto presidencial.

Foram as primeiras ZPEs aprovadas pelo conselho, instalado em 6 de maio deste ano. A ZPE permite que as empresas instaladas na área tenham isen o tributária na aquisi o interna e externa de insumos, e produzam, exclusivamente, para a exporta o. A ZPE de Assú será instalada numa área de aproximadamente 1 mil hectares, no município de Assú, que fica no Oeste do Rio Grande do Norte. Deve ficar pronta em cerca de dois anos, após o término das obras de infraestrutura, que devem custar cerca de R\$ 18 milhões.

Segundo o CZPE,  rg o colegiado do governo federal que se reúne no Ministério do Desenvolvimento, a ZPE de Assú tem potencial para desenvolvimento de indústrias de alimentos, principalmente beneficiamento de frutas e frutos do mar, produtos químicos, sal e recursos minerais.

Já a ZPE de Suape será instalada em uma área de cerca de 200 hectares, em Jaboatão dos Guararapes, região metropolitana do Recife (PE). Tem obras estimadas em R\$ 10,8 milhões, também em cerca de 21 meses. O projeto apresentado ao conselho diz que existe interesse de empresas dos setores de alimentos, bebidas, equipamentos elétricos, produtos químicos, indústrias agropecuárias, naval, além dos setores de petróleo, gás e tecnologia.

Entre outros privilégios, o prazo de vigência dos incentivos previstos para uma empresa em ZPE é de até 20 anos, prorrogável por igual período.

## **Governo cancela leilão de energia nova para 2014 (Estadão Online 20:16h) 08/12/09**

LEONARDO GOY - Agencia Estado

BRASÍLIA - O Ministério de Minas e Energia anunciou nesta noite que decidiu cancelar o leilão de energia nova para fornecimento a partir de 2014 (o chamado leilão A-5). O leilão, que estava marcado inicialmente para o dia 18 e depois chegou a ser remarcado para o dia 21, agora não será mais realizado.

Segundo o ministério, o motivo é a frustração na obtenção de licença ambiental prévia para sete projetos de novas hidrelétricas que seriam oferecidos aos investidores na disputa. Apenas hoje, pouco de mais de 10 dias antes do leilão, é que foi liberada a licença da primeira hidrelétrica, Santo Antônio do Jari (Amapá/Pará). A usina tem potencial para 300 megawatts (MW) e representa um terço dos 905 MW dos sete projetos que seriam oferecidos.

Na prática, o movimento do Ministério de Minas e Energia representa mais um episódio no histórico de atritos entre as áreas energética e ambiental do governo. Se o leilão fosse mantido mesmo assim, o governo brasileiro corria o risco de, logo após o término da reunião sobre mudanças climáticas em Copenhague, fazer um leilão que acrescentaria ao sistema elétrico brasileiro mais energia produzida por usinas termelétricas que, além de mais caras, contribuem para o aquecimento global.

Dos 19 mil MW que estavam cadastrados para entrar na disputa, 15 mil MW eram de usinas movidas a gás natural e 2,7 mil MW de unidades que geram energia queimando carvão mineral. Por outro lado, as hidrelétricas estariam restritas aos 300 MW de Santo Antônio do Jari e 201 MW de pequenas centrais hidrelétricas.

Segundo o ministério, o fato de o leilão ser cancelado não afetará a segurança do abastecimento de energia em 2014. A justificativa é de que foi verificada, pelo governo, que a demanda adicional exigida para aquele ano seria pouco significativa e poderá ser atendida por um leilão a ser realizado em 2011 (o chamado leilão A-3).

## **Energias do Brasil ON termina em alta de 3,06% (CanalEnergia) 08/12/09**

AES Eletropaulo PNB encerra em queda de 2,65%. IEE fecha em alta de 0,34%, aos 24.260 pontos  
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Energias do Brasil ON terminou em alta de 3,06% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta terça-feira, 8 de dezembro. O setor elétrico registrou outros resultados positivos com a Eletrobrás PNB (1,72%) e a Celesc PNB (1,65%). A AES Eletropaulo PNB encerrou em queda de 2,65%, acompanhada pela Coelce PNA (-1,36%). O Índice de Energia Elétrica fechou em alta de 0,34%, aos 24.260 pontos, enquanto o Ibovespa chegou aos 67.728 pontos, com queda de 1,14%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: -2,65%  
AES Tietê PN: -0,10%  
Celesc PNB: 1,65%  
Cemig PN: 0,94%  
Cesp PNB: -1,28%  
Coelce PNA: -1,36%  
Copel PNB: 1,60%  
CPFL Energia ON: 0,27%  
Eletrobrás PNB: 1,72%  
Energias do Brasil ON: 3,06%  
Equatorial ON: estável  
Light ON: -0,12%  
MPX Energia ON: 1,16%  
Tractebel ON: 0,45%

Terna Participações UNT: 0,02%  
Transmissão Paulista PN: -1,20%

## **Multiner recebe aerogeradores para Alegria I (CanalEnergia) 08/12/09**

Usina terá 31 turbinas e potência instalada de 51 MW. Alegria II (100,8 MW) receberá 61 unidades a partir do próximo dia 19

Da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

A usina Alegria I (RN, 51 MW) começou a receber seus 31 aerogeradores. Os equipamentos, comprados da dinamarquesa Vestas, estão sendo desembarcados no porto de Suape, em Pernambuco. O empreendimento, que pertence à Multiner, é uma das duas usinas do parque eólico, que será localizado em Guamaré (RN) e que terá 151,8 MW de capacidade instalada. A partir de 19 de dezembro, são esperados mais 61 aerogeradores para a usina de Alegria II (100,8 MW).

Alegria I terá um custo total da ordem de R\$ 293 milhões, sendo que R\$ 250 milhões serão financiados pelo Banco do Nordeste Brasileiro (BNB). O crédito foi assinado em outubro, entre o banco e a New Energy Options, subsidiária da Multiner. Para a usina de Alegria II, o BNB financiará R\$ 398 milhões, dos R\$ 450 milhões de investimentos previstos. A operação está em fase de negociação.

A previsão é que a usina de Alegria I entre em operação comercial em agosto de 2010. De acordo com a Multiner, a energia produzida pelo parque eólico será suficiente para abastecer cerca de 200 mil residências, além de evitar a emissão de cerca de 120 mil toneladas por ano de CO2 na atmosfera.

## **Leilão A-5 garante participação da hidrelétrica Santo Antônio do Jari (CanalEnergia) 08/12/09**

Ibama concedeu licença prévia ao empreendimento, que ofertará energia no dia 21 de dezembro

Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

O Leilão A-5 garantiu nesta terça-feira, 8 de dezembro, a participação de pelo menos uma hidrelétrica. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis concedeu a licença prévia para a usina Santo Antônio do Jari (AP/PA-300 MW). O licenciamento estabeleceu 25 condicionantes para liberar a licença prévia.

Como mostrou a Agência CanalEnergia, em outubro, a usina pertence ao consórcio formado por ECE Participações (90%) e Jari Energética (10%), do grupo Orsa, da área de papel e celulose. A projeção de investimentos está na casa dos R\$ 900 milhões. Outras seis hidrelétricas estão inscritas, mas dependem de licença prévia para participar do certame de 21 de dezembro.

## **Alagoas receberá investimentos de R\$ 30 milhões em eficiência energética (CanalEnergia) 08/12/09**

Governo estadual assinou protocolo de intenções com Eletrobrás para aplicações de ações nos próximos três anos

Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Eletrobrás e o governo do estado de Alagoas assinaram na última segunda-feira, 7 de dezembro, protocolo de intenções para a implementação de ações de eficiência energética. O acordo prevê que a estatal investirá mais de R\$ 30 milhões em ações para o uso consciente de energia no período de três anos. Os projetos serão desenvolvidos em municípios alagoanos, assim como em indústrias, escolas e na Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal).

As medidas serão em parceria com a Ceal (AL) e com a secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Logística. Entre as ações, estão previstas a gestão energética junto aos municípios, a redução do consumo de iluminação pública, além da implantação do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) em escolas municipais.

## **GT do blecaute prorroga análise de relatório do ONS (CanalEnergia) 08/12/09**

Grupo vai se reunir na próxima quinta-feira, 10, para, possivelmente, concluir processo

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

O Grupo de Trabalho sobre o blecaute, formado pelo Ministério de Minas e Energia, se reuniu nesta terça-feira, 8 de dezembro, para analisar o Relatório de Avaliação de Perturbação entregue pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico na semana passada. Devido à extensão do documento, eles decidiram fazer um novo encontro na próxima quinta-feira, 10, para concluir o trabalho. O RAP contém as informações coletadas pelo ONS sobre o blecaute, que atingiu 18 estados do país no dia 10 de novembro.

Participam do grupo representantes das Secretarias de Energia Elétrica e Planejamento do MME, da Agência Nacional de Energia Elétrica, do Operador Nacional do Sistema Elétrico, Empresa de Pesquisa Energética, Centro de Pesquisa em Energia Elétrica (Cepel), Eletrobrás, Furnas e Cteep.

## **MME vai decidir sobre permissão de exportação de GNL, segundo CNPE (CanalEnergia) 08/12/09**

Venda ao exterior dependerá da demanda por gás no país, principalmente, por parte das termelétricas  
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

O Comitê Nacional de Política Energética decidiu, em reunião, nesta terça-feira, 8 de dezembro, deixar com o Ministério de Minas e Energia a avaliação sobre a possibilidade de exportação do Gás Natural Liquefeito produzido no país. A Lei do Gás deixava essa autorização a cargo do CNPE, segundo a assessoria do MME. A exportação dependerá da demanda pelo gás no país, principalmente, por parte das termelétricas. Em caso, como atualmente, com demanda baixa, as empresas seriam liberadas para vender ao exterior o combustível.

Ainda durante a reunião, o Operador Nacional do Sistema Elétrico fez uma apresentação aos membros do CNPE da ocorrência do blecaute de 10 de novembro e o que está sendo feito para contornar os problemas, que causaram o desligamento de 18 estados. O comitê adiou as definições sobre a 11ª e a 8ª Rodada de Licitação de exploração de petróleo e gás para o ano que vem

A 11ª Rodada foi atrasado em decorrência de questões ambientais a serem resolvidas, especialmente, na bacia do Rio Solimões, na Amazônia. Uma reunião extraordinária do CNPE deve ser realizada no início do ano para analisar a licitação. Já a 8ª Rodada, interrompida em 2006, depende de uma definição do legislativo sobre os blocos licitados localizados na camada do pré-sal.

## **Petrobras e BG Group têm novos parceiros para construir unidade de liquefação de GNL (CanalEnergia) 08/12/09**

Repsol e a Galp Energia aderiram à joint venture e vão compartilhar recursos e competências para o desenvolvimento e implantação do projeto

Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Repsol e a Galp Energia aderiram à joint venture, inicialmente formada pela Petrobras e pelo BG Group, para desenvolver FEEDs (Front End Engineering and Design) a fim de construir uma unidade de liquefação de gás natural embarcada (GNLE). O empreendimento vai operar em dois blocos do Pólo Pré-sal da Bacia de Santos e é uma das soluções tecnológicas de transporte para escoar o gás natural produzido nas camadas de pré-sal.

Com a entrada das duas empresas na parceria, a participação no projeto foi redistribuída. A Petrobras detém 51,1% da joint venture e a BG Group, Repsol e Galp Energia terão participação de 16,3% cada. As empresas parceiras na joint venture são sócias nos blocos BM-S-9 (Petrobras, BG Group e Repsol) e BM-S-11 (Petrobras, BG Group e Galp Energia). Juntas, vão compartilhar recursos e competências para o desenvolvimento e implantação do projeto.

Segundo a Petrobras, a unidade GNLE será instalada próxima às unidades de produção de óleo e gás e receberá até 14 milhões de metros cúbicos por dia de gás associado, executando o seu processamento e liquefação. Na unidade GNLE, também será feito o armazenamento e a transferência dos produtos processados para navios que farão o transporte até o mercado consumidor.

O GNL será entregue em terminais de regaseificação, onde o gás natural é transformado do estado líquido para o gasoso e, finalmente, injetado na malha de gasodutos. No Brasil, os terminais de regaseificação de GNL da Petrobras estão instalados em Pecém, no Ceará, e na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. A construção da unidade de GNLE

permitirá monetizar as reservas de gás no pólo Pré-Sal da Bacia de Santos, garantindo flexibilidade para atendimento ao mercado interno e a possibilidade de exportação no mercado de curto prazo (spot) em períodos de demanda reduzida no segmento termelétrico no Brasil.

A licitação para elaboração dos FEEDs de uma unidade de GNLE foi iniciada em agosto deste ano e a previsão é que os contratos com as três empresas vencedoras da licitação sejam assinados na próxima semana. O desenvolvimento de três FEEDs tem o objetivo de promover a competição entre os fornecedores, contribuindo para reduzir os custos de implantação da unidade. As empresas vencedoras têm prazo de 12 meses para elaboração dos FEEDs. Após esse prazo, será feita uma avaliação técnica e econômica das alternativas de escoamento do gás natural da Bacia de Santos para escolha daquela mais viável para construção.

## **Copel usa embarcação para auxiliar atendimento no litoral paranaense (CanalEnergia) 08/12/09**

Aquisição permitirá reduzir desligamentos e antecipar substituição de postes de madeira  
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A Copel (PR) adquiriu uma embarcação para melhorar o atendimento às ilhas do litoral do Paraná. De acordo com a empresa, o barco é adequado para o transporte de equipamentos e materiais da rede elétrica e de pessoal. A região de difícil acesso possui cerca de duas mil unidades consumidoras ligadas em 35 localidades da região.

Segundo a distribuidora, a aquisição permitirá reduzir o número de desligamentos e restabelecer mais rapidamente o fornecimento de eletricidade em situações de emergência e, também, programar com mais antecedência obras de manutenção preventiva e corretiva nos 144 quilômetros de redes de alta tensão.

Além disso, a rede inclui cabos submarinos que levam energia de Pontal do Paraná à Ilha do Mel e, dali, à Ilha das Peças e Ilha do Superagüi. A embarcação também permitirá antecipar a substituição de postes de madeira que integram a rede elétrica das ilhas por postes de fibra de vidro, mais leves e mais resistentes.

## **Fepam realiza audiências para avaliar licenciamento de três PCHs (CanalEnergia) 08/12/09**

Objetivo da reunião é expor estudos e relatório de impactos ambientais esclarecendo dúvidas e colhendo sugestões a respeito dos empreendimentos

Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente  
08/12/2009

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (Fepam), do Rio Grande do Sul, realiza nos dias 8, 9 e 10 de dezembro três audiências públicas para analisar o licenciamento ambiental das pequenas centrais hidrelétricas Várzea do Sul, Salto Barroso e Taquaruçu, respectivamente. O objetivo da reunião é expor os conteúdos dos estudos e relatório de impactos ambientais em análise, esclarecendo dúvidas e colhendo sugestões a respeito dos empreendimentos em questão.

Nesta terça-feira, 8 de dezembro, a audiência é referente ao Consórcio PEC Energia e será realizada no Pavilhão da Igreja Matriz do município de Ametista do Sul. O EIA/RIMA citado está disponível ao público para consultas e considerações nas prefeituras municipais de Rodeio Bonito e Municipal de Cristal do Sul ou na Câmara Municipal de Ametista do Sul.

Já as reuniões dos dias 9 e 10 tratam de empreendimentos da empresa Multilagos Geração de Energia Elétrica. A primeira delas acontece em Chapada, no Centro Cultural Félix Porciúncula Sampaio. A segunda terá como sede a Câmara Municipal de Vereadores do município de Novo Xingu. Ambos os EIAs-RIMAs em questão podem ser acessados na Prefeitura Municipal de Chapada em relação à audiência de Salto Barroso; para o empreendimento de Taquaruçu, o documento está disponível na Prefeitura Municipal de Novo Xingu, na Prefeitura Municipal de São José das Missões, bem como na Prefeitura Municipal de Sagrada Família.

## **Reservatórios do Norte atingem 51% do volume armazenado (*CanalEnergia*)**

**08/12/09**

Hidrelétrica de Tucuruí opera com 33,22% da capacidade, segundo dados do ONS  
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A hidrelétrica de Tucuruí opera com 33,22% da capacidade, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico referentes à última segunda-feira, 7 de dezembro. O nível dos reservatórios do Norte está com 51% do volume. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios atingem 69,8% da capacidade, com alta de 0,6%. O índice está 47,1% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de Água Vermelha e Ilha Solteira operam com 85,10% e 72,37%, respectivamente.

Submercado Nordeste - Os reservatórios atingem 61,1% do volume, com alta de 0,1%. O índice está 40,1% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de Sobradinho trabalha com 62,94% da capacidade.

Submercado Sul - O nível dos reservatórios está em 97,8%, com baixa de 0,3%. O índice está 78,9% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de Ernestina registra 68,29% da capacidade de armazenamento.

Submercado Norte - Os reservatórios registram 51% do volume acumulado, com alta de 0,3%. A hidrelétrica de Tucuruí opera com 33,22% da capacidade.

## **Usinas iniciam operação comercial e teste em São Paulo (*CanalEnergia*)**

**08/12/09**

UTE Gasa vai testar turbina de 38 MW. PCH São Valentim recebeu autorização para operar unidade de 1,45 MW  
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou o início da operação em teste da unidade geradora 3, de 38 MW, da térmica Gasa. Localizado no município de Andradina, em São Paulo, o empreendimento pertence à Barra Bioenergia. A empresa terá 60 dias após os testes para enviar relatório à Aneel confirmando ou corrigindo a potência estimada das turbinas.

A Aneel autorizou ainda a operação comercial da pequena central hidrelétrica São Valentim. A usina recebeu autorização para operar as unidades geradoras 1 e 2, de 0,72 MW cada, totalizando 1,45 MW de capacidade instalada. Localizado no município de Santa Rita do Passa Quatro, em São Paulo, o empreendimento pertence à Água Paulista Geração de Energia. As informações foram publicadas no Diário Oficial da União da última segunda-feira, 7 de dezembro.

## **Nordeste registra recorde de demanda instantânea (*CanalEnergia*) 08/12/09**

Altas temperaturas elevaram consumo para 9.709 MW, o nível mais alto desde outubro  
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

O Operador Nacional do Sistema Elétrico registrou recorde de demanda instantânea no Nordeste no último sábado, 5 de dezembro. A demanda chegou a 9.709 MW às 19:43 horas, em decorrência da elevação da temperatura da região, que atingiu valores máximos acima de 30° C em todas as capitais nordestinas. O recorde anterior tinha sido de 9.656 MW em 20 de outubro deste ano.

## **Sede do Ibama ganha nova subestação de energia (*CanalEnergia*) 08/12/09**

Empreendimento está sendo construído próxima à entrada do instituto, longe dos prédios, para evitar que barulho atrapalhe concentração de servidores

Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A sede do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ganhará nova subestação de energia. Com início do funcionamento previsto para o próximo dia 15 de dezembro, o empreendimento está sendo construído próxima à entrada do instituto, longe dos prédios, para evitar que o barulho atrapalhe a concentração dos servidores.

As obras estão sendo comandadas pela Coordenação-Geral de Administração - CGEAD da Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - Diplan, que também realizou a impermeabilização dos blocos B e C da sede, onde funcionam o Gabinete da Presidência, a Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Floresta - DBFL, o Centro Nacional de Informação Ambiental – CNIA, o Centro Nacional de Telemática – CNT e a garagem.

## **Energias do Brasil ON registra alta de 0,05% (CanalEnergia) 08/12/09**

AES Eletropaulo PNB registra queda de 2,08%. IEE alcança os 24.033 pontos, com baixa de 0,60%  
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Energias do Brasil ON opera em alta de 0,05% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta terça-feira, 8 de dezembro. O setor elétrico não registra outros resultados positivos. A AES Eletropaulo PNB registra queda de 2,08%, acompanhada pela Copel PNB (-1,57%) e pela Cemig PN (-1,55%). O Índice de Energia Elétrica alcança os 24.033 pontos, com baixa de 0,60% assim como o Ibovespa, que chega aos 67.724 pontos com baixa de 1,15%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: -2,08%  
AES Tietê PN: -0,77%  
Celesc PNB: -0,07%  
Cemig PN: -1,55%  
Cesp PNB: -1,37%  
Coelce PNA: -1,36%  
Copel PNB: -1,57%  
CPFL Energia ON: -1,14%  
Eletrobrás PNB: -0,77%  
Energias do Brasil ON: 0,05%  
Equatorial ON: -0,28%  
Light ON: -1,06%  
MPX Energia ON: -0,58%  
Tractebel ON: -1,09%  
Transmissão Paulista PN: -0,94%

## **Sulgipe terá reajuste tarifário médio de 12,55% (CanalEnergia) 08/12/09**

Para consumidores de baixa tensão, índice será de -1,89%, e para os de alta tensão, de 1,04%, em média  
Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou nesta terça-feira, 8 de dezembro, um reajuste tarifário médio anual de 12,55% para a Sulgipe (BA/SE), a ser aplicado a partir do dia 14 de dezembro. Os clientes perceberão uma retração média de 0,91% na conta de luz. Para os consumidores de baixa tensão, o reajuste será de -1,89%, e para os de alta tensão, de 1,04%, sendo que para as subclasses A3, o aumento será 2,51%; e A4 de 0,34%.

A companhia havia solicitado à Aneel um reajuste de 14,48%. A agência ainda fixou as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição e estabeleceu os valores da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica e da receita anual referente às instalações de conexão.

## **Cesp abre vertedouros de hidrelétricas de Ilha Solteira e Jupia (CanalEnergia) 08/12/09**

Vazões não devem representar nenhum impacto a jusante das barragens e são consideradas normais para a época do ano, segundo companhia  
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A Cesp realiza nesta terça-feira, 8 de dezembro, a abertura dos vertedouros das hidrelétricas Ilha Solteira e Engenheiro Souza Dias (Jupia), localizadas na bacia do rio Paraná. A operação de abertura dos vertedouros visa a iniciar os procedimentos de controle de cheias.

A vazão defluente média planejada para esta terça-feira em Ilha Solteira é de 5.900 metros cúbicos por segundo e em Jupia, de 7.600 m<sup>3</sup>/seg. Já a programação para a próxima quarta-feira, 9, será de 6.600 m<sup>3</sup>/seg em Ilha Solteira e 8.600 m<sup>3</sup>/seg em Jupia. Para o próximo dia 10, a companhia programa vazão defluente média de 7.200 m<sup>3</sup>/seg em Ilha Solteira e de 9.300 m<sup>3</sup>/seg em Jupia.

Essas vazões, segundo a Cesp, não devem representar nenhum impacto a jusante das barragens e são consideradas normais para esta época do ano, caracterizada pelo período chuvoso. Dependendo do regime de chuvas as vazões podem continuar evoluindo a partir do dia 10, ainda de acordo com a companhia. O processo de controle de vertimento é coordenado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico e é adotado para manter os níveis recomendados no Plano Anual de Controle de Cheias do Sistema Interligado Nacional.

Na usina Engenheiro Sergio Motta (Porto Primavera) o vertedouro já estava aberto para controle de nível. A vazão defluente média planejada para os próximos dias é: 8.300 m<sup>3</sup>/seg no dia 8; 9.400 m<sup>3</sup>/seg no dia 9 e 10.200 m<sup>3</sup>/seg.

## **Eletronuclear tem tarifas revisadas para R\$ 135,63/MWh (CanalEnergia) 08/12/09**

Aneel concedeu um reposicionamento tarifário de 3,7%. Novas tarifas começaram a valer no dia 5 de dezembro  
Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Eletronuclear teve suas tarifas revisadas para R\$ 135,63 por MWh, conforme decidiu nesta terça-feira, 8 de novembro, a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica. De acordo com o diretor-relator do processo, Romeu Donizete Rufino, a empresa teve um reposicionamento de 3,7%. A nova tarifa começou a valer no dia 5 de dezembro e vale até o dia 4 de dezembro de 2010. Com o novo valor, a receita da Eletronuclear vai subir para R\$ 1,750 bilhão, de acordo com a agência.

## **Sérgio Wasserstein deixa direção da holding da Coomex (CanalEnergia) 08/12/09**

Diretor-presidente da empresa, José Amorim, acumulará o cargo de diretor de Tesouraria provisoriamente  
Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Recursos Humanos

Sérgio Luís Wasserstein deixou o cargo de diretor Tesoureiro da Alliance Investimentos e Participações, holding do grupo Coomex. O cargo será ocupado provisoriamente pelo diretor-presidente da Coomex, José Amorim. De acordo com o diretor de Operações e Trading da Coomex, Cláudio Monteiro da Costa, a empresa ainda procura um substituto com o perfil de tesoureiro de banco para assumir o cargo, ocupado por Wasserstein nos últimos quatro anos.

## **INPE divulga relatórios sobre raios e condições meteorológicas no dia do blecaute (CanalEnergia) 08/12/09**

Descargas atmosféricas tinham diminuído consideravelmente no horário da interrupção  
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

Técnicos do Grupo de Eletricidade Atmosférica (ELAT) e do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) fizeram um relatório sobre a incidência de raios na região onde começou o blecaute de 10 de novembro. Horas antes da interrupção do fornecimento de energia foi registrado que as linhas de transmissão do sistema Itaipu foram atingidas diversas vezes por descargas atmosféricas com intensidades superiores a 50 kA. Já no horário da interrupção do fornecimento, às 22:13 horas, as descargas tinham diminuído consideravelmente.

A análise detalhada das descargas registradas entre às 22:10 e 22:16 horas, próximas às linhas de transmissão de Itaipu e da subestação de Itaberá, indica a ocorrência de descargas de fraca intensidade (< 16 kA) e distantes mais de 9,2 km de uma das linhas de 600 kV e mais de 30,5 km da subestação de Itaberá. O ELAT/INPE estimou ainda a probabilidade de que uma descarga tenha atingido diretamente cada uma das cinco linhas de transmissão de Itaipu ou a subestação de Itaberá. A probabilidade é inferior a 15% para descargas fracas, isto é, com intensidades inferiores a 25 kA. Para descargas com intensidade acima de 25 kA, as probabilidades são praticamente nulas.

Quanto as condições meteorológicas durante o dia 10 de novembro nos estados do Paraná e de São Paulo, a análise da imagem do radar meteorológico, do horário da interrupção do fornecimento de energia, indica a ocorrência de chuva intensa próxima a Itaberá.

## **Governo indica Julião Coelho para diretoria da Aneel (CanalEnergia) 08/12/09**

Edvaldo Santana pode ganhar mais um mandato no colegiado da agência reguladora. Indicações serão apreciadas pelo plenário do Senado

Da Agência CanalEnergia, Recursos Humanos

O governo federal enviou ao Senado os nomes de Edvaldo Santana e Julião Coelho para a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica, segundo mensagens assinadas pelo presidente em exercício José Alencar publicadas no Diário Oficial da União desta terça-feira, 8 de dezembro. Santana, se aprovado pelo plenário do Senado, será reconduzido no cargo de diretor para novo mandato.

Já Julião Coelho chega à Aneel para substituir Joísa Campanher, que deixa a agência por motivos pessoais, como mostrou reportagem da Agência CanalEnergia em novembro. Ela pediu para não ser reconduzida. Os atuais mandatos dos dois diretores expiram no próximo dia 22. Julião Coelho já fez parte dos quadros da Aneel e possui escritório de advocacia em Brasília.

## **Rede Comercializadora promove palestra sobre formação de tarifas de energia (CanalEnergia) 08/12/09**

Evento que acontece no próximo dia 10 de dezembro discute ainda temas como formação de preços no mercado cativo e renovação de concessões

Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Rede Comercializadora promove, no próximo dia 10 de dezembro, uma palestra sobre formação das tarifas de energia no Brasil. O objetivo é discutir temas como formação de preços no mercado cativo, inserção das térmicas a óleo e a carvão no país, que tem ampla oferta de energia renovável, principais impactos futuros do vencimento dos contratos dos leilões de energia velha e renovação das concessões. O evento está previsto para às 16:30 horas, em São Paulo.

Serviço

Evento: Complexidade e contradições na formação das tarifas de energia elétrica no Brasil e impacto nos clientes livres

Data: 10 de dezembro

Local: Hotel Fortune - São Paulo

Horário: 16:30 horas

## **SINDICAL**

Brasília

## **Campanha Salarial (CUT Nacional) 08/12/09**

Escrito por FUP

Petroleiros seguem aprovando nas assembléias acordo conquistado

Os trabalhadores do Sistema Petrobrás estão aprovando por ampla maioria o Acordo Coletivo de Trabalho conquistado na campanha reivindicatória. As assembléias, iniciadas no dia 03, prosseguem até o dia 10 nas principais bases da FUP. Em Pernambuco, Paraíba e Espírito Santo, a proposta já foi aprovada pela categoria.

Confira o quadro com o resultado atualizado das assembléias:

Pernambuco/Paraíba – as assembléias foram concluídas no dia 04 e o acordo conquistado obteve 90% dos votos: 86 a favor e 09 contrários.

Espírito Santo – as 22 assembleias foram concluídas nesta segunda-feira, 07, com participação de 387 trabalhadores da ativa e aposentados e pensionistas. Foram 267 votos favoráveis ao acordo; 88, contrários e 32 abstenções.

Minas Gerais - na Regap ainda falta a assembleia com o Grupo 4, que seria realizada nesta segunda (07) pela manhã, mas foi adiada para quarta-feira (09), devido ao temporal que caiu na região de Betim. Até o momento, mais de 80% dos votos foram favoráveis à proposta: 348 a favor, 41 contra e 05 abstenções. Na usina de biodiesel de Montes Claros, as assembleias começam no final da tarde desta segunda, 07.

Duque de Caxias – na Reduc e no Terminal de Campos Elíseos, os trabalhadores estão aprovando o acordo conquistado com 268 a favor; 07 contra e 03 abstenções. As assembleias terminam na quarta, 09.

Amazonas – as assembleias prosseguem até terça-feira, 08. Na Reman e no TA Manaus, são 212 votos a favor da proposta; 09, contrários e 01 abstenção.

Rio Grande do Norte – as assembleias prosseguem até terça-feira, 09. O resultado parcial é de 312 votos a favor; 44 contrários e 13 abstenções.

Unificado São Paulo – os trabalhadores das bases do estado de São Paulo (Replan, Recap, terminais e escritórios) estão aprovando o acordo conquistado com 411 votos a favor; 136 contra e 18 abstenções. As assembleias prosseguem até o dia 10.

Norte Fluminense - as assembleias nas plataformas, terminais e demais áreas de terra serão concluídas na quarta-feira, 09. Resultado parcial é de 916 votos a favor do acordo conquistado; 444, contrários e 37 abstenções.

Ceará – as assembleias prosseguem até terça-feira, 08. O resultado parcial é de 102 votos a favor, 37 contra e 06 abstenções.

Bahia - o resultado parcial das assembleias aponta 447 votos a favor da proposta; 153, contrários e 12 abstenções.

Paraná e Santa Catarina - as assembleias começam às 17 horas desta segunda-feira, 07 e prosseguem até quarta, 09.

## **Trabalhadores do sistema prisional (CUT Nacional) 08/12/09**

Escrito por Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo - Sifupesp

Categoria decide suspender a greve em São Paulo

Em assembleias realizadas nesta segunda (7) em sete regionais, os funcionários do sistema prisional do Estado de São Paulo optaram por suspender a greve que estava marcada para começar no dia 9. "É uma decisão da maioria, e só resta ao sindicato acatar. Mas deixamos claro que a mobilização continua, até que o governo de fato apresente as respostas para as outras reivindicações que constam na pauta, o que deve acontecer em fevereiro", lembra João Rinaldo Machado, presidente do SIFUPESP.

Ocorreram assembleias em São Paulo, Mirandópolis, Presidente Venceslau, Baixada, Araraquara, Sorocaba e Avaré. Nelas, os participantes discutiram muito sobre a contra-proposta apresentada pelo governo na sexta-feira passada, na qual garantia a aposentadoria especial para ASPs e AEVPs a partir de 2010, e prometia ainda responder em fevereiro às outras reivindicações feitas na nossa pauta da campanha salarial 2009.

"Não é o ideal, não é o que nós queremos. Mas a gente sabe que dificilmente vai conseguir reajuste salarial agora no final do ano. Por isso, voto por suspender a greve e esperar fevereiro. Se o governo não cumprir o prometido em fevereiro e não atender as reivindicações que fizemos, aí sim, a gente faz uma greve geral", opinou um dos participantes da assembleia de São Paulo.

Os participantes das assembleias que defenderam a manutenção da greve no dia 9 foram minoria. Um dos defensores da manutenção da greve argumentou: "o governo teve 11 meses para avaliar, estudar e atender às reivindicações, e se não fez agora, quem irá garantir que cumprirá a promessa em fevereiro do próximo ano?".

"O que pudemos avaliar nesses debates é que a categoria realmente não queria fazer greve, e sim que o governo desse uma resposta às reivindicações. Como o governo chamou o sindicato para conversar na sexta-feira e acenou para o atendimento dos pleitos em fevereiro, a categoria repensou e achou melhor suspender o movimento grevista agora,

embora mantendo a mobilização e ficando todos atentos ao cumprimento do compromisso por parte do governo no prazo, ou seja, em fevereiro", avaliou João Rinaldo Machado.

Para o presidente sindical, a aposentadoria especial prometida para 2010 pesou muito na avaliação dos trabalhadores do sistema. "Particularmente, creio que o governo deveria ao menos ter nos oferecido um documento em que se comprometia a atender a todas as nossas reivindicações em fevereiro. Seria uma garantia para todos nós, trabalhadores do sistema prisional".

Gilberto Machado, diretor do sindicato, considerou que "a categoria parecia ansiosa por ter uma resposta do governo, qualquer que fosse, e essa resposta foi dada. O governo realimentou as esperanças, e os funcionários do sistema prisional resolveram dar mais um prazo para o governo cumprir sua promessa. Mas o sindicato continua o seu trabalho de mobilização, e o governo esteja certo de que, caso descumpra o prometido, vamos entrar em greve em fevereiro".

O secretário-geral do sindicato, João Alfredo Oliveira, alertou aos participantes das assembleias sobre a necessidade da categoria manter-se em alerta e mobilizada. "Vamos respeitar a decisão da maioria e vamos suspender a greve que começaria no dia 9 de dezembro. Só que isso não significa que iremos nos desmobilizar, ou que iremos deixar de cobrar do governo os nossos direitos. O sindicato vai continuar indo nas unidades e amadurecendo a ideia de uma paralisação geral em fevereiro, caso o governo não cumpra o novo prazo determinado".

#### Resultados das assembleias

Das sete assembleias realizadas nesta segunda, apenas uma - a da região de Presidente Venceslau - votou pela permanência da greve no dia 9 de dezembro. "Todas as outras assembleias regionais optaram pelo adiamento da greve. Em Presidente Venceslau a permanência da greve no dia 9 foi aprovada por dois votos de diferença. Ficou explícita a vontade da categoria", analisa João Rinaldo Machado.

#### Greve foi considerada ilegal

Minutos antes de começar a assembleia de São Paulo, uma oficial de Justiça esteve na sede do SIFUSPESP notificando o presidente do Sindicato sobre uma liminar obtida pela Procuradoria Geral do Estado na Justiça do Trabalho, na qual decretava a greve do dia 9 ilegal.

O teor do pedido da Procuradoria pela ilegalidade da greve foi todo retirado do site do sindcop, entidade que diz representar servidores do sistema prisional. A Procuradoria simplesmente copiou os argumentos dessa entidade CONTRÁRIA ao movimento grevista, fato que revoltou a todos os funcionários do sistema que participavam da assembleia em São Paulo.

"É um absurdo, o fim do mundo. Como é que um sindicato se presta a um trabalho sujo desses, de desmobilizar a categoria no meio de uma luta? O sindicato que diz representar os servidores prisionais paulistas faz um documento contra a greve e ainda embasa o governo para decretar a greve ilegal. Esse sindicato é sindicato mesmo ou é cargo comissionado do governo", disse, indignado, um dos participantes da assembleia. Caso a greve fosse executada.

## **São Paulo (CUT Nacional) 08/12/09**

Escrito por FEM/CUT

Cresce a participação dos jovens no mercado de trabalho metalúrgico, aponta estudo da FEM-CUT

A categoria metalúrgica cutista no Estado de São Paulo é jovem, masculina, tem na maioria nível médio completo de escolaridade e a faixa média salarial oscila de R\$ 1.618,32 a R\$ 4.559,93, dependendo do segmento. Estes são alguns dos dados da pesquisa "Perfil do Trabalhador Metalúrgico no Estado de São Paulo", elaborada pela Subseção DIEESE do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e pelo DIEESE-SP a pedido da FEM-CUT. O estudo analisou os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS-2008) do Ministério do Trabalho. De acordo com o levantamento, a base da FEM/CUT totalizava em dezembro de 2008, 240,9 mil trabalhadores representados por 13 sindicatos filiados. Deste universo 85,3% são homens e 14,7%, mulheres.

A Secretária da Mulher da FEM-CUT, Rosimar Dias Machado (Rose) explica que um dos fatores do baixo percentual de mulheres no ramo é a alta rotatividade. "Quando há demissões, as mulheres são as primeiras. Isto é injusto porque elas são muito responsáveis, cumprem jornada e nunca atrasam", ressalta.

Rose salienta que a FEM tem realizado ações de sensibilização junto às trabalhadoras, incentivando a sua participação nas ações sindicais, e também junto aos patrões no sentido de combater a rotatividade. Neste ano, a Federação conquistou nas Convenções Coletivas de Trabalho do Grupo 3 (Autopeças, Forjaria e Parafusos) e Fundação uma cláusula que assegura a formação de um grupo de trabalho que debaterá formas de coibir a rotatividade nestes setores. A sindicalista disse que outra conquista foi o avanço dos direitos sociais para as trabalhadoras. "Nos últimos dois anos, conquistamos uma melhoria significativa de vários direitos para as mulheres e temos lutado para ampliar cada vez mais".

## Juventude e escolaridade

O crescimento dos jovens no mercado de trabalho metalúrgico foi um dos destaques da pesquisa da FEM-CUT. A participação aumentou de 22,6% (1998) para 39% (2008), totalizando 94,2 mil jovens (18 até 30 anos) na base da FEM no Estado. Segundo a faixa etária, 51% dos trabalhadores têm entre 30 e 50 anos e 10% acima de 50 anos. O setor que tem empregado mais jovens é informática e eletrônicos com 55% dos trabalhadores com até 30 anos.

O coordenador do Coletivo de Juventude da FEM-CUT, Wellighton Messias, explica que a conquista da cláusula sobre a “diversidade nas contratações”, que permite que a contratação de jovens sem experiência em carteira e de pessoas acima de 40 anos de idade, elevou o número de jovens no ramo. “Esta reivindicação da FEM está assegurada em todas as Convenções Coletivas de Trabalho das seis bancadas patronais”, enfatiza.

O jovem sindicalista, que trabalha na Volks de São Bernardo, ressalta que as boas condições salariais e a garantia de vários direitos sociais são outros fatores que têm atraído os jovens. “É lógico que estes benefícios são resultado da pressão e da mobilização dos sindicatos metalúrgicos cutistas que lutam para ampliar os avanços para a categoria”, fundamenta.

Sobre a questão do nível de escolaridade da categoria, a pesquisa do Dieese constatou que 53% dos metalúrgicos da base da FEM têm o ensino médio completo e 30% ainda não completaram o ensino médio. O estudo também revelou que o setor de equipamentos de transportes (fabricação de motos, trens, embarcações e avião), fortemente influenciado pelo peso da Embraer, tem o maior percentual de trabalhadores com nível superior, totalizando 29,3%.

O presidente da FEM-CUT, Valmir Marques (Biro Biro) ressalta que é questão de cidadania lutar para que os trabalhadores terminem o ensino médio. “Esta será uma importante bandeira da FEM em 2010 e a juventude metalúrgica dará a sua contribuição”, finaliza.

## **Inclusão e transformação social (CUT Nacional) 08/12/09**

Escrito por Alexandre Gamón

Apresentações marcam lançamento do Coletivo de Cultura CUT/SP

A Central Única dos Trabalhadores do Estado de São Paulo respirou arte na noite desta segunda-feira (07).

Dirigentes sindicais, políticos, artistas e representantes da classe trabalhadora ocuparam o saguão da Central localizado na região do Brás para uma agradável noite com apresentações artísticas, para acompanhar o lançamento do Coletivo de Cultura da CUT Estadual e do Centro de Documentação e Memória.

A poetisa performática, Roselaine Cruz, recebeu os convidados com música instrumental, que atentos não perdiam qualquer movimento da artista e se deleitavam com a linda melodia emitida por Roselaine.

Quem comandou a noite foi o presidente da CUT/SP, Adi dos Santos Lima, que ressaltou a importância da iniciativa. “Esse Coletivo terá como objetivo realizar inclusão social utilizando a cultura como mecanismo de transformação social”.

Adi aproveitou para anunciar a criação do Centro de Documentação e Memória que socializará informações que contam a história da CUT a partir de janeiro de 2010.

A coordenação do Coletivo estava representada pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Benedito Augusto de Oliveira (Benão), e pela vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, ao Adolescente e a Família do Estado de São Paulo, Darlene Afonso. Benão que é escritor e diretor teatral adiantou que a função do Coletivo será o de organizar debates, encontros, fóruns, saraus, conferências, mostras, oficinas de capacitação e festivais, e assim participar dos debates culturais no país. “Não podemos ficar de braços cruzados e absorver os enlatados e lixos culturais que são oferecidos pela grande mídia. O governo Lula avança com incentivos a cultura e a maior Central Sindical do país não pode ficar de fora”.

O presidente do PT/SP, Edinho Silva, fez parte da mesa de trabalho e afirmou que a CUT demonstra sua responsabilidade com a sociedade. “O papel dos movimentos sociais é pautar o governo, e a CUT sabe de sua responsabilidade, com esse coletivo a Central poderá brigar por mais orçamento para investimento em cultura e políticas públicas”.

O ator, militante e ex- Secretário de Cultura de São Paulo e São Bernardo do Campo, Celso Frateschi, se colocou à disposição para ajudar o coletivo. Ele lembrou que os trabalhadores do Brás se reuniam nos círculos de operários para apresentar peças e discutir cultura. "Precisamos de mais espaço para desenvolver e resgatar nossos valores e com a criação desse coletivo fica demonstrado que movimento sindical reivindica não só direitos do estômago mais também do espírito".

Para contemplar a noite Celso Frateschi deu uma aula de interpretação. Mesmo sem palco, cortina e cenário o ator reviveu Horácio, um guerreiro romano que se vê julgado pelo seu povo por duas atitudes controversas, a consagração por se tornar herói de guerra e a punição pelo assassinato de sem motivo de sua irmã.

Após o monólogo foi oferecido um coquetel ao som de músicas que fazem referência ao período da ditadura militar interpretado pelo músico e apresentador Ernesto Guevara.

## **Contra o reajuste abusivo do IPTU (CUT Nacional) 08/12/09**

Escrito por Sindicato dos Bancários de São Paulo

Bancários de São Paulo fazem novo protesto contra política adotada pelo prefeito "Taxab"

São Paulo - O Sindicato dos Bancários de São Paulo realiza mais um protesto contra o aumento abusivo do IPTU, que pode elevar o tributo em até 300% nos próximos dois anos. O reajuste promovido pelo prefeito Gilberto Kassab, e aprovado pela Câmara Municipal, ainda penaliza os trabalhadores, já que o aumento será menor nos bairros mais ricos.

A atividade será realizada na segunda-feira 14 de dezembro, ao meio-dia, em frente à sede da Prefeitura, no Viaduto do Chá. "A participação da população é muito importante. O Sindicato está em contato com outras entidades de representação dos trabalhadores e do movimento social para ampliar os protestos e garantir a participação de mais gente. Afinal, são os trabalhadores os principais prejudicados com o aumento desse imposto", diz o presidente do Sindicato, Luiz Cláudio Marcolino.

O Sindicato já realizou um grande protesto contra o aumento do IPTU no dia 1º de dezembro, em frente à Câmara Municipal. No mesmo dia, a bancada de vereadores que apóiam Kassab aprovaram o reajuste, enquanto os bancários continuavam com as manifestações na galeria do plenário. Nas faixas, espalhadas no prédio do legislativo, o prefeito ganhou um novo apelido: Taxab.

## **Fortalecendo o movimento sindical (CUT Nacional) 08/12/09**

Escrito por Sintep/MT

CUT-MT promove curso "Organização e Representação Sindical na Base"

A Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso (CUT-MT) realizou, nos dias 5 e 6 de dezembro, o curso "Organização e Representação Sindical na Base (ORSB)". O evento ocorreu no auditório do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT), em Cuiabá, e contou com a participação de 35 dirigentes sindicais, filiados à Central.

O objetivo é fortalecer a ação sindical por meio da ampliação da intervenção junto ao Estado, municípios e patrões. "A intenção é que esses dirigentes tenham conhecimento das ferramentas necessárias ao processo de negociação", explicou a secretária-geral do Sintep/MT, Vânia Miranda. Para isso, o curso abordou a estrutura e organização sindical, além de introdução à sociologia.

Este foi o primeiro módulo do curso, dividido em três. Os próximos serão realizados nos meses de fevereiro e março de 2010. "Este primeiro módulo é importante para que o dirigente entenda melhor o movimento sindical e, a partir dele, esteja preparado para receber os próximos temas", ressaltou a secretária-geral.

## **O lamentável cenário da capital federal (CUT Nacional) 08/12/09**

Escrito por Rejane Pitanga, presidente da CUT-DF

A população do Distrito Federal e de todo o Brasil está perplexa com os atuais acontecimentos locais. A partir de denúncias feitas pelo secretário de Relações Institucionais do DF, Durval Barbosa, a Polícia Federal deu início, no dia 27 de novembro, à operação "Caixa de Pandora", organizada para apurar denúncias de arrecadação e recebimento de propina no governo do Distrito Federal. Até agora, a PF apreendeu mais de R\$ 760 mil em buscas realizadas em Brasília, Goiânia e Minas Gerais.

O esquema, que envolve parlamentares, empresários, secretários do governo local, o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, e seu vice, Paulo Octávio, consistia em distribuir uma mesada para deputados distritais e recursos para empresários, secretários do governo e dívidas pessoais do governador do DF. O dinheiro era garantido através de contratos superfaturados com empresas.

Arruda e seus aliados ainda tentaram explicar a movimentação ilícita de dinheiro justificando que o montante era destinado à compra de panetões à famílias carentes. Depois, a informação foi de que a verba seria destinada à obras sociais. Por último, a informação foi de que o dinheiro era para campanha eleitoral.

Segundo Durval Barbosa, o esquema de desvio de recursos e pagamento de aliados políticos começou ainda no governo anterior, de Joaquim Roriz. O ex-secretário de Relações Institucionais do GDF também foi presidente da Codeplan durante o governo Roriz. A denúncia foi feita em contrapartida da redução de pena em caso de condenação do ex-secretário, que tem mais de 30 processos na Justiça.

#### Indignação

Enquanto os aliados ao governo distrital engordam bolsas, paletós e até meias com o dinheiro público - imagens publicadas em nível nacional por TVs e jornais - os cidadãos da capital federal continuam esperando em filas quilométricas para serem atendidos pelo sistema público de saúde; cidades do entorno são tidas como as mais perigosas do Brasil e o sistema de transporte coletivo oferecido é o pior de todo o país, segundo apontam pesquisas.

Para lutar pela dignidade do Distrito Federal e de sua população, parlamentares, movimentos de vários segmentos que representam a sociedade civil, outras centrais sindicais e a população em geral, convocados pela CUT-DF, se uniram e formaram um grupo que recebeu o nome de "Movimento contra a corrupção".

O grupo é responsável por coordenar as ações que pressionarão pelo impeachment do governador Arruda e de seu vice e pela punição de todos os envolvidos no escândalo de arrecadação e pagamento de propina no governo local.

#### Passado e presente comprometido

Em 2001, o então senador José Roberto Arruda renunciou ao cargo depois de assumir o envolvimento na violação do painel do Senado após a votação da cassação do ex-senador Luiz Estevão.

O primeiro discurso de Arruda foi em sua defesa, quando o então Senador chegou a chorar em plenário. Com as evidências do caso, Arruda voltou atrás e resolveu assumir o envolvimento no caso para não correr o risco de ser cassado.

\*Rejane Pitanga é presidente da CUT-DF

## **Diante de enchentes, Kassab diz que resultado de investimentos da prefeitura já aparece (CUT Nacional) 08/12/09**

Escrito por Rede Brasil Atual

Em entrevista coletiva na manhã desta terça-feira (8), o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab comemorou as obras dos rios Aricanduva e Pirajussara. Enquanto a Marginal Tietê e Pinheiros estão alagadas e com diversos pontos intransitáveis, o prefeito afirmou que o trânsito na capital paulista "não foi o caos".

A cidade têm 90 quilômetros de congestionamento às 11h30, segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). Dos 100 pontos de alagamento, 25 estavam intransitáveis. Segundo a prefeitura, foram 90 milímetros de precipitação, equivalentes a 70% de toda a chuva prevista para o mês.

Os bairros da Vila Prudente, Itaim Paulista, São Miguel Paulista e São Mateus estão em estado de alerta máximo. Na Vila Prudente mais de 800 pessoas estão desalojadas, segundo o responsável da defesa civil.

Kassab agradeceu à imprensa e à defesa civil por alertar a população sobre os efeitos das chuvas. Ele atribuiu ao volume excessivo de pluviosidade o fato de haver muitos pontos de alagamento. Ele lamentou ainda a morte ocorrida durante a madrugada por causa da chuva. Por enquanto, cinco mortes foram registradas.

"O importante é que as obras do Aricanduva suportaram os efeitos da chuva", afirmou. "Em relação ao rio Tietê, a secretária Dilma (Pena, de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo) avalia como fazer para o escoamento das águas ocorrer mais rápido", sustentou.

Kassab alegou que a área das cabeceiras do rio foi a mais atingida pelas chuvas e garantiu que, com a reversão da ação das bombas em barragens pelo Tietê devem fazer o nível da água baixar.

Questionado sobre o que a prefeitura faria para evitar que os paulistanos voltassem a enfrentar o caos como o desta terça, Kassab discordou de que os problemas fossem tão graves. "Vão continuar a ser desenvolvidas ações da prefeitura junto às áreas de risco", disse. "Isso mostra o acerto da ação da prefeitura, de remover famílias", completou.

"A Cidade se prepara para enfrentar as chuvas, os investimentos são expressivos, é o maior volume já foi feito", desafiou.

O secretário Municipal dos Transportes, Alexandre de Moraes, afirmou que os automóveis multados no período da manhã dentro do rodízio municipal terão suas multas canceladas automaticamente. "Não precisa entrar com recurso", afirmou. No entanto, segundo ele, o rodízio continua no período da tarde, até nova avaliação.

Moraes disse ainda não ver ligação entre a enchente na marginal do Tietê com as obras de ampliação realizadas ao longo das marginais. "A estratégia de escoamento está indo muito bem", finalizou.

## **Emprego na indústria registra em outubro a maior alta desde julho de 2008 (CUT Nacional) 08/12/09**

Escrito por Reuters

O emprego na indústria brasileira aumentou pelo quarto mês consecutivo em outubro, registrando a maior alta desde julho passado, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta terça-feira (8).

O aumento foi de 0,7 por cento na comparação com setembro. Em relação a outubro de 2008, o emprego caiu 5,7 por cento, 11ª variação negativa. No acumulado do ano a queda também é de 5,7 por cento.

"Com esses resultados, o índice de média móvel trimestral, que vinha apresentando menor ritmo de queda desde fevereiro último, apontou a terceira taxa positiva consecutiva: 0,4 por cento", afirmou o IBGE em nota.

Na comparação com igual mês de 2008, São Paulo e Minas Gerais registraram as maiores quedas do emprego, de, respectivamente, 4,2 e 11,3 por cento.

Entre os setores industriais pesquisados, as maiores perdas de emprego foram de Meios de transporte (-13 por cento), Máquinas e equipamentos (-10,5 por cento) e Produtos de metal (-10,2 por cento), ante outubro de 2008.

## **Bradesco é condenado no Tribunal Superior do Trabalho por dano moral (CUT Nacional) 08/12/09**

Escrito por Sindicato dos Bancários de São Paulo

São Paulo - O Bradesco teve confirmada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) uma condenação de pagamento de R\$ 40 mil a um ex-funcionário por dano moral. Segundo a corte, o trabalhador teve sua honra e imagem violados pelo comportamento de uma gerente.

O empregado, gago, ouviu algumas vezes que não era competente para atender telefonemas e nem para trabalhar com ela. "Ao dispensar tratamento desrespeitoso ao empregado, tem-se que o Reclamado (banco) ultrapassou os limites de atuação do seu poder diretivo para atingir a honra, a moral e a dignidade do trabalhador", diz o TST na decisão. O

tribunal afirma ainda que "a higidez física, mental e emocional do ser humano são bens fundamentais de sua vida privada e pública, de sua intimidade, de sua auto-estima e afirmação social e, nessa medida, também de sua honra".

O trabalhador iniciou o processo acusando o banco de assédio moral e teve sua argumentação aceita em primeira instância. O banco recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho, que concluiu que não havia provas suficientes de que a ofensa tenha acontecido de forma repetitiva e prolongada, o que caracteriza o assédio moral.

O caso chegou ao TST, onde ficou entendido que "apesar de não ter sido comprovado o assédio moral (que requer, para sua configuração, a exposição reiterada do obreiro a situações vexatórias e constrangedoras, no exercício de suas funções), constata-se que há elementos suficientes que demonstram a ocorrência do dano moral".

## **Servidores do Judiciário Federal garantem vitória e encerram greve (CUT Nacional) 08/12/09**

Escrito por STF com Sindjus-DF

Em sessão administrativa realizada na noite da última quarta-feira (2), os ministros do Supremo Tribunal Federal aprovaram o Plano de Carreira dos servidores do Judiciário Federal, com reajuste total de 56,42%, incluindo gratificações. Com a decisão, a categoria suspendeu o movimento grevista que durou mais de dez dias.

O objetivo da proposta é minimizar a defasagem de remuneração dos cargos, evitando a evasão de servidores para outras carreiras dos demais Poderes, o que no STF gira em torno de 20% a 23% atualmente. "Foram muitas críticas dirigidas ao posicionamento que adotamos, no entanto, o resultado mais uma vez comprovou que agimos de maneira correta", afirmou em nota oficial o coordenador-geral do Sindjus-DF - sindicato que representa a categoria -, Roberto Policarpo.

A proposta deve ser enviada ao Congresso Nacional nos próximos dias para análise pelo Legislativo.

## **Trabalhadores da Nipro, em Sorocaba, podem parar por melhor reajuste salarial (CUT Nacional) 08/12/09**

Escrito por Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba

Os trabalhadores da Ni-pro, fabricante de produtos hospitalares, em Sorocaba, estão descontentes com o reajuste salarial oferecido pela empresa e por isso decidiram por uma possível paralisação, caso a empresa não melhore o índice oferecido aos operários. O aviso de greve já foi aprovado pelos trabalhadores e protocolado na empresa no dia 26 de novembro.

O diretor sindical Mar-cos Roberto Coelho, o La-tino, conta que a Nipro é a única empresa grande do Grupo 10 que não ofereceu reajuste melhor que o negociado entre a FEM e o sindicato patronal. "Eles também querem algo diferenciado, como as demais empresas grandes do G10 fizeram", completa Latino.

## **Comissão discute em seminário o Plano Nacional de Educação (CUT Nacional) 08/12/09**

Escrito por Agência Câmara

A Comissão de Educação e Cultura promove, na quinta-feira (10), seminário para discutir o novo Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020). O evento atende requerimento dos deputados Lobbe Neto (PSDB-SP), Maria do Rosário (PT-RS), Fátima Bezerra (PT-RN) e Alice Portugal (PCdoB-BA).

Os parlamentares recordam que em janeiro de 2001 o presidente da República sancionou a Lei 10.172, que aprova o Plano Nacional de Educação e define os mecanismos necessários para colocá-lo em prática. O Plano orienta toda a atividade educacional dos sistemas de ensino nos próximos dez anos, em todo o País.

"Se cumprir as diretrizes e alcançar os objetivos e metas nele fixados, o Brasil terá, no ano de 2010, um quadro educacional a atender a população brasileira no seu direito pela educação. Estará à altura dos desafios do nosso tempo", avaliam os parlamentares.

Processo coletivo

O PNE, observam, é resultado de um processo que envolveu a sociedade brasileira, o Parlamento e o Executivo, num esforço em atender o direito à educação que tem o povo brasileiro e que no próximo período será retomado quando da formulação no novo PNE, que terá vigência a partir de 2011, apresentando as diretrizes e metas na Educação Brasileira para os próximos dez anos.

"Os parlamentares, professores, executivos e sociedade civil são protagonistas no PNE. Quanto mais estiverem informados e forem participantes da definição da política educacional, do plano de educação, do orçamento nacional, estadual ou municipal, tanto mais poderão fazer para que o Plano dê certo", argumentam os deputados.

O seminário está previsto para iniciar às 9 horas, no Auditório Nereu Ramos.

## **Enchentes mostram erro de SP depender da Marginal Tietê (CUTSP) 08/12/09**

Rede Brasil Atual

Para ex-secretário de Planejamento da capital paulista, em vez de alargamento da via expressa, decisão deveria ser construção de avenidas paralelas à marginal

Prometida como uma das grandes obras da gestão do governador José Serra (PSDB), a ampliação da Marginal Tietê é novamente colocada em xeque com o alargamento da principal via expressa paulistana nesta terça-feira (8). A via foi o principal ponto de entrave para a cidade, já que a maior parte de sua extensão ficou intransitável.

Para Jorge Wilhelm, arquiteto urbanista e secretário de Planejamento da Prefeitura de São Paulo em duas gestões, as obras de ampliação não devem ter agravado o alagamento, embora o fato chame atenção para o equívoco do enorme investimento feito na Marginal. Wilhelm defende a construção de duas vias paralelas como forma de melhorar o trânsito na região, além dos pesados e reiterados investimentos no transporte público.

O pesado investimento de R\$ 1,3 bilhão, que antes já era colocado em dúvida pelos impactos ambientais da obra, volta a ser questionado pela possibilidade da aplicação de recursos em outros setores. A ampliação da Marginal é vista como a prioridade que se dá ao transporte privado e individual no momento em que o mundo discute alternativas ambientalmente mais adequadas.

O governo de São Paulo prometia redução dos congestionamentos, o que acarretaria menos combustíveis queimados nos veículos engarrafados, compensando a diminuição da cobertura vegetal na beira do rio. A obra, sempre muito criticada por especialistas, não recebe de arquitetos ouvidos pela Rede Brasil Atual a responsabilidade pelo alagamento desta terça.

Ainda que tenha havido a remoção das árvores que de alguma maneira protegiam o rio, o volume de chuva, aproximadamente metade do previsto para o mês de dezembro, é considerado suficientemente alto para que ocorra o transbordamento do Tietê.

Wilhelm entende que o ponto a ser averiguado é se a dragagem do rio está sendo devidamente realizada. O aprofundamento da calha foi fundamental, em sua visão, para evitar cheias e cabe averiguar se a manutenção vem sendo feita adequadamente, evitando o depósito de areia no leito do Tietê.

Em relação às avenidas paralelas à via expressa, o urbanista sugere que, em um sentido, fossem alargadas avenidas de continuação da Marquês de São Vicente até o bairro da Penha. No outro lado, há o projeto de uma via que segue por áreas públicas, não havendo necessidade de grandes desapropriações. Os esforços seriam complementados pela construção do Trecho Norte do Rodoanel, na visão do especialista.

Histórico

Outro transbordamento do Tietê, embora de menor magnitude, ocorreu em setembro deste ano. Na ocasião, três mortes foram registradas na região metropolitana de São Paulo. O governador José Serra afirmou então que a inundação da Marginal não se devia aos trabalhos de ampliação. "Foi uma chuva inusitada. Mesmo que estivesse tudo impecável seria inevitável haver problemas graves. (...) Temos que rezar para que isso não se repita", disse o governador.

Na atual enchente, o governador até o momento não se pronunciou. O prefeito da capital paulista, Gilberto Kassab, culpou a intensidade das chuvas, ao mesmo tempo em que tentou capitalizar politicamente as ações da administração municipal para a área, mesmo diante dos transtornos provocados pelos pontos de alagamento.

Em 2005, quando as obras de aprofundamento da calha do Tietê estavam em andamento, o então governador Geraldo Alckmin (PSDB), atual secretário de Desenvolvimento de Serra, anunciava que jamais voltaria a haver enchente na Marginal. Mas, em maio do mesmo ano, São Paulo viveu situação parecida com a desta terça e o governo estadual teve de admitir que não havia milagre.

Na conclusão das obras, março de 2006, a estatística apresentada era de apenas 1% de chance de novas enchentes.

## **Sindicato dá início à criação da Faculdade dos Bancários (CUTSP) 08/12/09**

Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região

Fundação 28 de Agosto é a concretização de mais um sonho dos trabalhadores. Assembleia para autorizar o processo é às 19h de terça 8, na sede

Fonte: Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região

São Paulo - Os primeiros a ter jornada de seis horas, os primeiros a receber PLR e a ter garantidas em Convenção Coletiva de Trabalho a igualdade de oportunidades, a 13ª cesta-alimentação, a licença-maternidade de seis meses e a isonomia de direitos para homoafetivos.

Sempre na vanguarda do movimento em defesa dos direitos dos trabalhadores, o Sindicato convocou para esta terça-feira 8 de dezembro assembleia, às 19h, no Auditório Azul do Sindicato (Rua São Bento, 413) para autorizar a criação da Fundação 28 de Agosto de Educação e Comunicação. A ideia de manter uma faculdade subsidiada e voltada para as necessidades dos bancários é alimentada já há alguns anos por diferentes gestões que estiveram à frente do Sindicato. Agora, tem todas as chances de sair do papel e se concretizar já no próximo ano.

O projeto que deve ser encaminhado ao Ministério da Educação está adiantado. O presidente do Sindicato, Luiz Cláudio Marcolino, conta que a instituição será totalmente voltada para os trabalhadores do sistema financeiro. "Estamos cumprindo nosso compromisso de campanha. Queremos criar, a princípio, cursos de graduação e de especialização e, depois, os de pós-graduação."

A certeza de sucesso vem da demanda acumulada desde 1993 pelos cursos do Centro de Formação Profissional do Sindicato. Só nos últimos seis anos, 5.500 alunos participaram dos 272 cursos ministrados pelo CFP, subsidiados pelo Sindicato. "O custo por curso (que varia entre R\$ 170 e R\$ 325) corresponde a um terço do valor que outras escolas cobram na mesma área", conta o presidente do Sindicato. Os investimentos anuais no Centro de Formação, que chegam a R\$ 80 mil, devem aumentar com a criação da "faculdade dos bancários".

"Temos mais de 135 mil bancários em São Paulo, Osasco e região. Trabalhadores que integram um setor que exige alto nível de formação", diz Marcolino. "Queremos ajudar a categoria a alcançar grau de conhecimento que os ajude a se firmar e crescer na carreira profissional. Essa é mais uma das muitas funções do Sindicato em defesa dos interesses dos bancários", destaca.

Tão logo a assembleia aprove, as obras para a instalação da Fundação 28 de Agosto, no primeiro andar da sede do Sindicato (no tradicional Edifício Martinelli), devem ser iniciadas.

SITES PESQUISADOS








O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

**Informações e Sugestões:**  
[imprensa@sinergiaspcut.org.br](mailto:imprensa@sinergiaspcut.org.br)

**Área de Comunicação SINERGIA CUT**  
 Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato - Coordenação: Lilian Parise  
[www.sinergiaspcut.org.br](http://www.sinergiaspcut.org.br)  
 Elaboração: Ana Claudia de Siqueira

